

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com sede na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 1.343 em São Paulo – SP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e comercialização de produtos químicos (“Oxiten”), na prestação de serviços de armazenagem de grãos líquidos (“Ultracargo”) e no comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos, por meio da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (“Extrafarma”). Para maiores informações sobre os segmentos vide nota explicativa nº 30.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Sociedade e suas controladas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a. Apuração do resultado

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável.

A receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. A receita de vendas de GLP é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. A receita de vendas de medicamentos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores finais nas drogarias próprias e quando são entregues aos revendedores independentes. A receita de vendas de produtos químicos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores industriais, levando-se em consideração a modalidade de frete da entrega. A receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da realização dos serviços. Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis, lubrificantes, GLP e medicamentos), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Sociedade e suas controladas.

c. Ativos financeiros

Conforme o *International Accounting Standards* (“IAS”) 32, IAS 39 e IFRS 7 (CPC 38, 39 e 40(R1)), os ativos financeiros da Sociedade e suas controladas são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- Mensurado ao valor justo por meio do resultado: ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado.
- Mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Disponíveis para venda: ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias no reconhecimento inicial. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a entidade tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a entidade classifica como mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a deterioração do crédito. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidos no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de valor justo: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o *hedge* se tornar inefetivo.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de fluxo de caixa: instrumento financeiro utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável ou compromissos firmes que possa afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado ou como custo inicial do ativo não financeiro, na mesma rubrica da demonstração em que o item objeto de *hedge* é reconhecido. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando (i) a Sociedade cancela a relação de *hedge*; (ii) o instrumento de *hedge* vence; e (iii) o instrumento de *hedge* não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de *hedge* seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido devem ser reconhecidos imediatamente no resultado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão”, enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reconhecido no resultado quando da alienação da operação no exterior.

Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, vide nota explicativa nº 31.

d. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ajustado ao valor presente, se aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária das controladas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas estimadas, sendo seu montante considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber (vide notas explicativas nº 5 e 31 – Risco de crédito de clientes).

e. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 6). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente e indiretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação das controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações.

f. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais (vide notas explicativas nº 3.b e 11).

Uma controlada é uma investida na qual o acionista tem direito aos seus retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais. Normalmente, a participação societária em uma sociedade controlada é superior a 50%.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (vide nota explicativa nº 11).

Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle.

Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

g. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento (vide nota explicativa nº 12), bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2.m e 19), deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável.

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 12, que levam em consideração a vida útil dos bens, que é revisada anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

h. Arrendamento mercantil

- Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo às controladas. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos arrendados são registrados no ativo não circulante no início do contrato pelo seu valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados e amortizados pelos prazos aplicáveis a cada grupo de ativo ou pelo prazo dos contratos, dos dois o menor, conforme as notas explicativas nº 12 e 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato de arrendamento, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva (vide nota explicativa nº 14.i).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- **Arrendamento mercantil operacional**

São operações de arrendamento mercantil que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não possuem opção de compra no final do contrato ou possuem opção de compra com valor equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo de produção ou despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 32.c).

i. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Sociedade e suas controladas, seguindo os critérios abaixo (vide nota explicativa nº 13):

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura (“ágio”) são demonstrados líquidos de amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. Os ágios gerados a partir de 1 de janeiro de 2009 são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida, e são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado pela Sociedade para fins de teste de recuperabilidade (vide nota explicativa nº 13.i).
- Os desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como fundo de comércio no momento de sua ocorrência e são amortizados conforme as condições estabelecidas nos contratos (vide nota explicativa nº 13.v).
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como *software*, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 13, que levam em consideração sua vida útil, que é revisada anualmente.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade e suas controladas possuem ágios e marcas adquiridas em combinação de negócios, que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 13 itens i e vi).

j. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente (vide nota explicativa nº 2.u).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

k. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, bônus de subscrição e a passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado em função da fluência do prazo dos mesmos, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 14.j).

l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes, considerando a parcela de incentivos fiscais. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Para maiores detalhes sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9.

Para fins de divulgação, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária.

m. Provisão para retirada de tanques

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) até que o tanque relacionado seja retirado (vide nota explicativa nº 19). Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros. O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

n. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 20).

o. Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 18.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” e apresentados no patrimônio líquido. Os custos dos serviços passados são reconhecidos no resultado.

p. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

q. Transações em moeda estrangeira

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

r. Base para conversão das demonstrações financeiras de controladas sediadas no exterior

Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação da Sociedade (moeda Real) e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada exercício e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão” e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em outros resultados abrangentes acumulados e apresentado no patrimônio líquido referente ao ajuste acumulado de conversão em 2017 totalizou R\$ 53.061 de ganho cambial (R\$ 7.519 de ganho cambial em 2016), vide nota explicativa nº 23.g – ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>Moeda funcional</u>	<u>País</u>
Oxitenos México S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxitenos Servicios Corporativos S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxitenos Servicios Industriales S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxitenos USA LLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxitenos Uruguay S.A. (i)	Dólar norte-americano	Uruguai
Oxitenos Andina, C.A. (ii)	Bolívar	Venezuela

(i) A controlada Oxitenos Uruguay S.A. (“Oxitenos Uruguay”) determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano (“US\$”), considerando que suas vendas de estoques e compras de insumos, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda.

(ii) A Venezuela é considerada um país de economia hiperinflacionária, conforme o IAS 29. Consequentemente, as informações financeiras da Oxitenos Andina, C.A. (“Oxitenos Andina”) estão sendo corrigidas monetariamente conforme o Índice de Preços ao Consumidor da Venezuela.

Em 19 de maio de 2017, o Banco Central da Venezuela emitiu o Convênio Cambial nº 38 que alterou o mercado cambial venezuelano, regulamentando os tipos de câmbio legalmente reconhecidos:

a) *DIPRO - Tipo de Cambio Protegido*: o Bolívar (“VEF”) é negociado à taxa de 9,975 VEF/US\$ para compra e 10,00 VEF/US\$ para venda, e é aplicável as operações de importação de bens de primeira necessidade (medicamentos e alimentos) e para matérias-primas e insumos associados à produção destes setores, sendo canalizadas através do CENCOEX - *Centro Nacional de Comercio Exterior en Venezuela*; e

b) *DICOM - Tipo de Cambio Complementario Flotante de Mercado*: o Bolívar foi negociado à taxa de 3.345,00 VEF/US\$ para venda e 3.336,64 VEF/US\$ para compra no último leilão de 2017, e é aplicável a todas as operações de liquidação de divisas não previstas expressamente no convênio cambial, sendo processados através dos mercados alternativos de divisas.

Em função da conjuntura econômica e política da Venezuela, a administração da Sociedade utiliza a taxa de câmbio DICOM na conversão.

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado em 2017 totalizou R\$ 7.368 (ganho de R\$ 3.425 em 2016).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

s. *Uso de estimativas, premissas e julgamentos*

Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, entre outros, estimativas, premissas e julgamentos referentes, principalmente, à determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.k, 4, 14 e 31), determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 5 e 31), determinação da provisão para perda em estoques (notas explicativas nº 2.e e 6), determinação dos valores de IRPJ e CSLL diferido (notas explicativas nº 2.l e 9), determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.f, 2.r, 3 e 11.a), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.f, 11.a e 11.b), determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.f e 11.c), determinação da taxa de câmbio utilizada para a tradução das informações da Oxiten Andina (nota explicativa nº 2.r), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.g e 12), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio (notas explicativas nº 2.i e 13), provisão para retirada de tanques (notas explicativas nº 2.m e 19), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.n e 20), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.o e 18.b) e determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas nº 22 e 31). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

t. *Redução ao valor recuperável de ativos*

A Sociedade e suas controladas revisam, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa “UGC”). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Para avaliar o valor em uso a Sociedade e suas controladas consideram projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados são menores que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Sociedade e suas controladas não registraram redução ao valor recuperável no exercício corrente (vide nota explicativa nº 13.i). Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade registrou redução ao valor recuperável no montante de R\$ 2.114, sendo R\$ 1.695 de ágio e R\$ 419 de outros ativos intangíveis, para a controlada Oxiteno Andina.

u. Ajuste a valor presente

A Sociedade e suas controladas analisaram os elementos integrantes do ativo e do passivo não circulante, e circulante quando relevante. Não foram identificadas a aplicabilidade do ajuste a valor presente que tenham efeitos relevantes.

v. Combinação de negócios

Uma combinação de negócio é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na adquirida é mensurado com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

w. Demonstrações de valor adicionado

Conforme requerido pela legislação societária brasileira, a Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado, individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira suplementar.

x. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações de fluxo de caixa, individuais e consolidadas, nos termos do IAS 7 (CPC 03) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre financiamentos e debêntures nas atividades de financiamentos. A Sociedade e suas controladas apresentam nas atividades de investimentos, as aplicações financeiras em bases líquidas dos rendimentos.

y. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IFRS

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações às IFRS emitidas pelo IASB entraram em vigor em 31 de dezembro de 2017:

	CPC <u>correspondente</u>	<u>Vigente em</u>
• Divulgação do IAS 7 (<i>Disclosure Initiative - Amendments to IAS 7</i>): esclarecimentos feitos pelo IASB sobre passivos decorrentes de atividade de financiamento (vide nota explicativa nº 14.a).	03 (R2)	2017
• Reconhecimento de Imposto de Renda Diferido Ativo IAS 12 (<i>Recognition of Deferred Tax Assets for Unrealised Losses - Amendments to IAS 12</i>): esclarecimentos feitos pelo IASB sobre reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas.	32	2017

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações às IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2017:

	<u>CPC correspondente</u>	<u>Vigente em</u>
• Instrumentos financeiros – IFRS 9: introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros, nova metodologia de <i>impairment</i> para os instrumentos financeiros e nova orientação para contabilidade de <i>hedge</i> .	48	2018
• Reconhecimento de receita – IFRS 15: estabelece os princípios da natureza, quantidade, tempestividade e incerteza sobre a receita e o fluxo de caixa decorrente de um contrato com um cliente.	47	2018
• Arrendamento mercantil – IFRS 16: requer que os arrendatários contabilizem nas demonstrações financeiras, um passivo refletindo futuros pagamentos de um arrendamento e um direito de uso de um ativo para os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de valor baixo. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.	06 (R2)	2019

A Sociedade e suas controladas não adotaram antecipadamente estes IFRS/CPC nas suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Sociedade e suas controladas divulgam a seguir as informações relevantes, conhecidas ou razoavelmente estimadas dos possíveis impactos na adoção dos IFRS 9 (CPC 48) e 15 (CPC 47) que estavam disponíveis na preparação dessas demonstrações financeiras, e estão sujeitas a alterações até que o primeiro conjunto completo de demonstrações financeiras com a adoção inicial seja divulgado em 2018.

(1) adoção do IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos financeiros:

a) Classificação e mensuração dos ativos financeiros:

A Sociedade e suas controladas avaliaram a classificação e mensuração dos ativos financeiros e de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros, concluiu preliminarmente que a classificação a ser adotada para a maioria das aplicações financeiras será a mensurada a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os fundos de investimentos serão classificados como mensurado a valor justo por meio do resultado e as aplicações financeiras dadas em garantia de empréstimos serão classificadas como custo amortizado.

A Sociedade e suas controladas não esperam impactos materiais decorrentes destas alterações.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Perdas de crédito esperadas

A Sociedade e suas controladas avaliaram as perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes, levando em consideração, no reconhecimento inicial do contrato, a expectativa de perdas para os próximos 12 meses e para a vida útil do contrato quando da deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes.

A Sociedade e suas controladas avaliaram o impacto desta alteração e o valor previamente apurado indica uma adição de provisão para perdas de crédito esperadas de liquidação duvidosa de R\$ 173.314, tendo o efeito de R\$ 121.563 reconhecido no balanço de abertura na conta de lucros acumulados. Sobre os montantes acima será reconhecido efeito de IRPJ e CSLL diferidos.

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade e suas controladas não identificaram impactos decorrentes desta alteração e estão avaliando a adoção do IFRS 9 ou a permanência da aplicação do IAS 39.

A Sociedade e suas controladas estão avaliando os expedientes práticos da adoção inicial do IFRS 9 para a conclusão se será feita a adoção retrospectiva ou prospectiva dos impactos.

(2) adoção do IFRS 15 (CPC 47) – Reconhecimento de receita de contrato com cliente:

A Sociedade e suas controladas avaliaram todas as etapas para o reconhecimento de suas receitas de contratos com cliente e com base no seu diagnóstico não identificou impactos materiais de mensuração decorrentes da adoção desta norma.

Em relação a apresentação na demonstração de resultados, a Sociedade e suas controladas avaliaram que algumas despesas, alocadas na rubrica com vendas e comerciais, serão melhor apresentadas como redutoras de receita, substancialmente em relação à amortização de direitos de exclusividade com postos de serviços Ipiranga. Em 2017 a amortização reconhecida como despesa com vendas e comerciais foi de R\$ 463.049.

A Sociedade e suas controladas estão avaliando os expedientes práticos da adoção inicial do IFRS 15 para a conclusão se será feita a adoção retrospectiva ou prospectiva dos impactos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir sumariza os possíveis impactos na adoção dos IFRS 9 (CPC 48) e 15 (CPC 47):

Em 31 de dezembro de 2017

Balço patrimonial	Conforme divulgado	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Após adoção IFRS 9 e 15
Ativo circulante	15.201.291	(173.314)	-	15.027.977
Ativo não circulante	13.139.031	-	-	13.139.031
Total do ativo	28.340.322	(173.314)	-	28.167.008
Passivo circulante	7.013.988	-	-	7.013.988
Passivo não circulante	11.605.502	(58.927)	-	11.546.575
Patrimônio líquido	9.720.832	(114.387)	-	9.606.445
Total do passivo e do patrimônio líquido	28.340.322	(173.314)	-	28.167.008
Demonstração de resultado				
Receita de vendas	80.007.422	-	(463.049)	79.544.373
Custo dos produtos vendidos	(72.735.781)	-	-	(72.735.781)
Despesas de vendas	(2.885.311)	(51.751)	463.049	(2.474.013)
Despesas gerais e administrativas	(1.576.528)	-	-	(1.576.528)
Resultado financeiro	(474.296)	-	-	(474.296)
Imposto de renda e contribuição social	(839.429)	17.595	-	(821.834)
Lucro líquido do exercício	1.573.868	(34.156)	-	1.539.712
Lucro por ação - básico	2,9056	(0,0630)	-	2,8426
Lucro por ação - diluído	2,8847	(0,0626)	-	2,8221

Em relação ao arrendamento mercantil – IFRS 16, a Sociedade e suas controladas estão avaliando os potenciais efeitos desse pronunciamento e espera-se impacto no reconhecimento do direito de uso e dívida referente a contratos de arrendamento mercantil relacionados aos imóveis dos postos de serviços, farmácias e pontos de venda.

z. Autorização para a emissão das demonstrações financeiras

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração da Sociedade em 21 de fevereiro de 2018.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

3 Princípios de consolidação, participações societárias e aquisições

a) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas segundo os princípios básicos de consolidação previstos no IFRS 10 (CPC 36 (R3)), sendo eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas, as transações de receitas, custos e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado, a partir da data que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data que ocorre a perda de controle.

Quando necessário são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das controladas para adequação das mesmas às práticas contábeis da Sociedade.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Participações societárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

	Localidade	Segmento	% participação no capital social			
			2017		2016	
			Controle		Controle	
			Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Icorban - Correspondente Bancário Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Ipiranga Trading Limited	Britânicas	Ipiranga	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Chevron Brasil Lubrificantes S.A. (nota explicativa nº 3.c)	Brasil	Ipiranga	-	56	-	-
Ipiranga Lubrificantes S.A. (nota explicativa nº 3.c)	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Integra Frotas Ltda. ⁽¹⁾	Brasil	Ipiranga	-	100	-	-
Companhia Ultragaz S.A.	Brasil	Ultragaz	-	99	-	99
Ultragaz Comercial Ltda. ⁽²⁾	Brasil	Ultragaz	-	100	-	-
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	Ultragaz	-	57	-	57
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	Ultragaz	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	Outros	-	100	-	100
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	Brasil	Extrafarma	-	100	-	100
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiten	100	-	100	-
Oxiten Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiten	-	99	-	99
Oxiten Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	Oxiten	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Uruguay S.A.	Uruguai	Oxiten	-	100	-	100
Barrington S.L. ⁽³⁾	Espanha	Oxiten	-	-	-	100
Oxiten México S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten USA LLC	Estados Unidos	Oxiten	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Global Petroleum Products Trading Corp.	Britânicas	Oxiten	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Oxiten Overseas Corp. ⁽⁴⁾	Britânicas	Oxiten	-	-	-	100
Oxiten Andina, C.A.	Venezuela	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Europe SPRL	Bélgica	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Colombia S.A.S	Colômbia	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Shanghai LTD.	China	Oxiten	-	100	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	Ultracargo	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar	Brasil	Ultracargo	-	99	-	99
Ultrapar International S.A.	Luxemburgo	Outros	100	-	100	-
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	Outros	-	100	-	100

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- ⁽¹⁾ A Integra Frotas Ltda. tem por objeto principal a gestão de frotas e de abastecimentos de combustíveis.
- ⁽²⁾ A Ultragaz Comercial Ltda. poderá concentrar algumas atividades atualmente exercidas pelas sócias quotistas.
- ⁽³⁾ Visando a simplificação societária, em novembro de 2017, a Barrington S.L. foi liquidada.
- ⁽⁴⁾ Visando a simplificação societária, em abril de 2017, a Oxiten Overseas Corp. foi incorporada pela Global Petroleum Products Trading Corporation (“GPPTC”).

c) Conclusão da associação com Chevron Brasil Lubrificantes S.A.

Em 4 de agosto de 2016, a Sociedade, por meio da sua controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (“IPP”), firmou acordo de associação com a Chevron Brasil Lubrificantes Ltda. (“Chevron”) para criar uma nova empresa no mercado de lubrificantes. Nos termos deste acordo, a associação será formada pelas operações de lubrificantes da Ipiranga e da Chevron no Brasil. Ipiranga e Chevron deterão 56% e 44%, respectivamente, do capital da nova empresa. Em 9 de fevereiro de 2017, esta transação foi aprovada sem restrições por meio de parecer emitido pela Superintendência Geral (“SG”) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”). A decisão da SG foi publicada no Diário Oficial da União em 10 de fevereiro de 2017. Em 2 de março de 2017, o CADE emitiu certificado aprovando a decisão publicada em 10 de fevereiro de 2017. Em 1º de agosto de 2017, a IPP segregou o negócio de lubrificantes para a controlada Ipiranga Lubrificantes S.A. (“IpiLubs”) e os contratos operacionais foram celebrados. Em 1º de dezembro de 2017, a associação foi consumada, através do aporte da IpiLubs na Chevron Brasil Lubrificantes S.A. (“CBLSA”) e consequente obtenção de controle pelo ingresso da IPP como acionista da CBLSA.

A Sociedade está apurando o balanço na data da aquisição, o valor justo dos ativos e passivos e, consequentemente, o ágio. A alocação do preço de compra (*purchase price allocation*) será concluída em 2018. No processo de identificação de ativos e passivos também serão considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida. A Sociedade, com ajuda de uma empresa especializada em avaliações, estimou os valores provisórios para alocação do preço de compra e apurou o ágio provisório no montante de R\$ 123.673. O ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura está fundamentado pela sinergia entre as operações de lubrificantes da CBLSA e a IpiLubs.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir resume os saldos provisórios dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, sujeitos a ajuste para alocação do preço de compra e apuração do ágio:

<u>Ativo circulante</u>		<u>Passivo circulante</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	73.316	Fornecedores	33.453
Contas a receber	157.016	Salários e encargos sociais	18.251
Estoques	112.998	Obrigações tributárias	20.089
Impostos a recuperar	5.595	Demais contas a pagar	28.743
Demais contas a receber	15.497		<u>100.536</u>
	<u>364.422</u>		
<u>Ativo não circulante</u>		<u>Passivo não circulante</u>	
Sociedades relacionadas	7.077	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	202.352
Ativo de indenização	202.352	Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.300
Depósitos judiciais	4.095	Benefícios pós-emprego	44.478
Demais contas a receber	5.257		<u>250.130</u>
Imobilizado	172.526		
Intangível	9.944		
	<u>401.251</u>		
Total dos ativos adquiridos	<u>765.673</u>	Total dos passivos assumidos	<u>350.666</u>
Ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura	123.673	Participação de acionistas não controladores	182.603
Total dos ativos adquiridos e do ágio	<u>889.346</u>	Valor provisório da aquisição	356.077

Está demonstrado a seguir o cálculo do ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura:

Valor provisório da aquisição	356.077
Total dos ativos adquiridos	765.673
(-) Total dos passivos assumidos	(350.666)
(-) Participação de acionistas não controladores	<u>(182.603)</u>
Ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura	<u>123.673</u>

Para maiores detalhes sobre os ativos imobilizados e intangíveis adquiridos, vide as notas explicativas nº 12 e 13, respectivamente, e sobre a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e ativo de indenização, vide nota explicativa nº 20.c.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A seguir apresenta-se a informação consolidada da Sociedade em 2017, como se a aquisição tivesse sido concluída no início do exercício. A informação *pro forma* é apresentada apenas para fins comparativos e não pretende ser indicativa do que teria ocorrido se a aquisição tivesse efetivamente ocorrido nessa data, não sendo necessariamente indicativo dos resultados operacionais futuros:

	<u>2017</u>
Receita líquida de vendas e serviços	80.785.084
Lucro operacional	2.834.636
Lucro líquido do exercício	1.555.077
Lucro líquido por ação básico - Reais (vide nota explicativa nº 29)	2,8709
Lucro líquido por ação diluído - Reais (vide nota explicativa nº 29)	2,8503

d) Aquisição sob aprovação

Em 17 de novembro de 2016, a Sociedade por meio da controlada Companhia Ultragaz S.A. (“Cia. Ultragaz”) assinou contrato de compra e venda para a aquisição da totalidade das ações de emissão da Liquigás Distribuidora S.A. (“Liquigás”). O valor da transação totaliza R\$ 2.665 milhões e será corrigido pelo Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), entre as datas de assinatura e de fechamento da operação. O valor ainda estará sujeito a ajustes em razão das variações de capital de giro e da posição da dívida líquida da Liquigás entre 31 de dezembro de 2015 e a data de fechamento da transação. Em 23 de janeiro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) da Ultrapar aprovou a transação. A consumação da operação está sujeita a determinadas condições suspensivas usuais em negócios dessa natureza, principalmente a aprovação do CADE. A eventual não aprovação da aquisição pelo CADE resultará na extinção do contrato, com aplicação de multa compensatória de 10% do preço de aquisição base, acrescido da dívida líquida da Liquigás em 31 de dezembro de 2015 definida no contrato (ou seja, uma multa de R\$ 286.160), devida pela controlada Cia. Ultragaz em benefício da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (“Petrobras”). A Sociedade e a controlada Cia. Ultragaz continuam direcionando esforços junto ao CADE na busca pela aprovação da aquisição da Liquigás.

e) Aquisição não efetivada

Em 12 de junho de 2016, a Sociedade por meio da controlada IPP assinou contrato de compra e venda para a aquisição de 100% da Alesat Combustíveis S.A. (“ALE”) e dos ativos que integram a sua operação. O valor da transação totalizava R\$ 2.168 milhões, que seria reduzido pelo valor da dívida líquida da ALE em 31 de dezembro de 2015, sujeito a ajustes de capital de giro e endividamento líquido na data do fechamento da transação. Em 3 de agosto de 2016, a AGE da Ultrapar aprovou a transação. A consumação da operação estava sujeita a determinadas condições suspensivas usuais em negócios dessa natureza, principalmente a aprovação do CADE. Em 2 de agosto de 2017, o Tribunal do CADE apreciou a transação e, a despeito de todos os esforços feitos pelas requerentes durante toda a tramitação do ato de concentração e nas negociações havidas com o Tribunal, decidiu por sua reprovação. O referido contrato restou automaticamente resolvido, sem qualquer penalidade de parte a parte.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições de primeira linha vinculados ao CDI, operações compromissadas e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta exclusivamente por títulos públicos federais do governo brasileiro; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições de primeira linha e em fundos de investimento de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 31 conforme suas características e intenção da Sociedade e suas controladas.

Os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (consolidado) totalizaram R\$ 6.369.928 em 2017 (R\$ 5.701.849 em 2016) e estão distribuídos conforme abaixo:

- **Caixa e equivalentes de caixa**

São considerados caixa e equivalentes de caixa: (i) os saldos das contas de caixa e bancos, e (ii) aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	143	84	73.128	47.177
Em moeda estrangeira	-	-	74.798	66.141
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Títulos de renda fixa	93.031	127.860	4.821.605	3.837.807
Em moeda estrangeira				
Títulos de renda fixa	-	-	32.473	323.033
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>93.174</u>	<u>127.944</u>	<u>5.002.004</u>	<u>4.274.158</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras da Sociedade e suas controladas, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão distribuídas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	21.657	1.052	1.153.040	1.174.458
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	129.131	34.775
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	-	-	85.753	218.458
Total de aplicações financeiras	<u>21.657</u>	<u>1.052</u>	<u>1.367.924</u>	<u>1.427.691</u>
Circulante	21.657	1.052	1.283.498	1.412.587
Não circulante	-	-	84.426	15.104

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 31).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

5 Contas a receber de clientes (Consolidado)

A composição do contas a receber é demonstrada conforme a seguir:

	2017	2016
Clientes nacionais	4.057.752	3.315.783
Financiamentos a clientes – Ipiranga (i)	675.236	466.277
Clientes estrangeiros	229.701	180.679
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(295.580)	(233.332)
	<u>4.667.109</u>	<u>3.729.407</u>
Circulante	4.337.118	3.502.322
Não circulante	329.991	227.085

(i) Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes.

A composição dos saldos de contas a receber de clientes, bruto de provisões para créditos de liquidação duvidosa, é assim demonstrada:

		Vencidos					
	Total	A vencer	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
2017	4.962.689	4.102.549	200.939	46.491	48.197	87.812	476.701
2016	3.962.739	3.326.934	167.790	44.152	23.738	60.150	339.975

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 2015	200.816
Adições	48.402
Baixas	(15.886)
Saldo em 2016	<u>233.332</u>
Saldo inicial CBLSA (vide nota explicativa nº 3.c)	6.733
Adições	66.427
Baixas	(10.912)
Saldo em 2017	<u>295.580</u>

Para maiores informações sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 31 – Risco de crédito de clientes.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

6 Estoques (Consolidado)

A composição dos estoques é demonstrada conforme a seguir:

	2017			2016		
	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido
Combustíveis, lubrificantes e graxas	1.622.054	(3.074)	1.618.980	1.317.042	(2.851)	1.314.191
Produtos acabados	485.407	(18.495)	466.912	425.335	(19.801)	405.534
Produtos em elaboração	1.637	-	1.637	2.011	-	2.011
Matérias-primas	492.029	(1.835)	490.194	246.974	(1.147)	245.827
Gás liquefeito de petróleo - GLP	102.031	(5.761)	96.270	71.466	(5.761)	65.705
Materiais de consumo e outros itens para revenda	160.024	(5.380)	154.644	138.610	(7.619)	130.991
Medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos	415.956	(2.447)	413.509	352.187	(9.985)	342.202
Compra para entrega futura ⁽¹⁾	222.808	-	222.808	228.871	-	228.871
Imóveis para revenda	27.032	(107)	26.925	25.982	(107)	25.875
	<u>3.528.978</u>	<u>(37.099)</u>	<u>3.491.879</u>	<u>2.808.478</u>	<u>(47.271)</u>	<u>2.761.207</u>

⁽¹⁾ Refere-se a etanol e biodiesel e adiantamento de combustíveis.

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 2015	33.992
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	12.393
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	886
Saldo em 2016	47.271
Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização	(6.713)
Reversão de provisão para obsolescência e outras perdas	(3.459)
Saldo em 2017	<u>37.099</u>

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	2017	2016
Ajuste ao valor de realização	19.817	26.530
Obsolescência e outras perdas	<u>17.282</u>	<u>20.741</u>
Total	<u>37.099</u>	<u>47.271</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

7 Impostos a recuperar

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, do Programa de Integração Social - PIS e do IRPJ e da CSLL.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
ICMS	-	-	580.630	459.255
Provisão para perdas de ICMS ⁽¹⁾	-	-	(72.076)	(68.683)
PIS e COFINS	-	-	348.333	109.552
IRPJ e CSLL	81.755	72.630	295.172	195.276
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas Oxitenó México, Oxitenó Andina, Oxitenó Uruguay e Ultrapar International	-	-	27.180	22.121
Outros	-	-	15.587	6.868
Total	<u>81.755</u>	<u>72.630</u>	<u>1.194.826</u>	<u>724.389</u>
Circulante	33.070	37.620	881.584	541.772
Não circulante	48.685	35.010	313.242	182.617

⁽¹⁾ A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente e sua movimentação é assim demonstrada:

Saldo em 2015	64.891
Adições, baixas por recebimento e reversões, líquidas	<u>3.792</u>
Saldo em 2016	68.683
Adições, baixas por recebimento e reversões, líquidas	<u>3.393</u>
Saldo em 2017	<u>72.076</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

8 Partes relacionadas

a. Sociedades relacionadas

- **Controladora**

	Ativo	Passivo		Resultado financeiro⁽¹⁾
	Debêntures ⁽¹⁾	Demais contas a pagar ⁽³⁾	Contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	762.562	-	-	84.548
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	-	4.003	-
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	-	3.086	-	-
Companhia Ultragaz S.A.	-	1.585	-	-
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	-	2.768	-	-
Total em 2017	762.562	7.439	4.003	84.548

	Ativo	Passivo	Resultado financeiro ⁽¹⁾⁽²⁾
	Debêntures ⁽¹⁾	Contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	772.425	-	126.968
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	679	-
Total em 2016	772.425	679	126.968

⁽¹⁾ Em março de 2016, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão privada de debêntures, em série única de 75 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo que sua totalidade foi subscrita pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2021 e remuneração semestral vinculada ao CDI.

⁽²⁾ Em março de 2009, a controlada IPP efetuou sua primeira emissão privada de debêntures, em série única de 108 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo 75 debêntures subscritas pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2016 e remuneração semestral vinculada ao CDI. As debêntures subscritas pela Ultrapar foram liquidadas na data de seu vencimento.

⁽³⁾ Refere-se ao Plano de ações (vide nota explicativa nº 8.c).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

• **Consolidado**

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

	Mútuos		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber ⁽¹⁾	A pagar ⁽¹⁾
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	-	-	1.489
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.946	-	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	1.067	31
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	22.199
Outros	490	1.239	-	-
Total em 2017	490	4.185	1.067	23.719

	Mútuos		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber ⁽¹⁾	A pagar ⁽¹⁾
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	-	-	1.534
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.946	-	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	7.259	5.820
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	18.186
Outros	490	1.326	-	-
Total em 2016	490	4.272	7.259	25.540

⁽¹⁾ Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes” e “fornecedores”, respectivamente.

	Operações comerciais	
	Vendas e serviços prestados	Compras
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	6	18.108
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	1.004.030
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	7.239	859
Total em 2017	7.245	1.022.997

	Operações comerciais	
	Vendas e serviços prestados	Compras
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	6	18.079
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	958.007
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	13.329	1.424
Total em 2016	13.335	977.510

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. As operações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (“ConectCar”) acima referem-se à serviços prestados. Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração. Na avaliação da administração da Sociedade e suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 14.k). Os contratos de mútuos são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas.

b. Pessoal-chave da administração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Em adição, o diretor-presidente em exercício até 2 de outubro de 2017 era beneficiário de plano de remuneração variável de longo prazo, que tinha como objetivo o alinhamento de interesses de longo prazo, que foi rescindido com a sucessão do diretor-presidente anunciada pela Sociedade em junho de 2017. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c) e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 18.b).

A Sociedade e suas controladas contabilizaram despesa com remuneração de seu pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade), conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Remuneração de curto prazo	45.477	40.306
Remuneração em ações	1.399	5.427
Benefício pós-emprego	1.096	3.336
Benefício de rescisão do cargo	8.794	-
Remuneração de longo prazo	<u>(6.459)</u>	<u>2.473</u>
Total	<u>50.307</u>	<u>51.542</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Plano de ações (Consolidado)

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 27 de abril de 2001, foi aprovado plano de benefícios dos administradores da Sociedade e de suas controladas. Em AGE, realizada em 26 de novembro de 2003, foram aprovadas certas alterações ao plano original de 2001 (“Plano de Ações”). Conforme as regras do Plano de Ações, certos membros da administração da Sociedade e suas controladas recebem em usufruto os direitos de voto e econômico de ações, sendo que a propriedade dessas ações fica retida pelas controladas da Sociedade. O Plano de Ações prevê a transferência da nua-propriedade das ações após decorridos entre cinco e sete anos da concessão inicial condicionada à não-interrupção do vínculo entre o administrador beneficiado e a Sociedade e/ou suas controladas. O número total de ações a ser utilizado para o Plano de Ações está sujeito à disponibilidade das ações em tesouraria. Cabe à diretoria da Ultrapar selecionar os membros da administração elegíveis ao plano e propor o número de ações em cada caso, para deliberação do Conselho de Administração. Os valores das concessões foram determinados na data de outorga, com base no valor de mercado dessas ações na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a sete anos a partir da concessão.

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
13 de março de 2017	100.000	2022 a 2024	67,99	9.378	(1.327)	8.051
4 de março de 2016	190.000	2021 a 2023	65,43	17.147	(5.339)	11.808
9 de dezembro de 2014	570.000	2019 a 2021	50,64	39.814	(20.849)	18.965
5 de março de 2014	83.400	2019 a 2021	52,15	5.999	(3.906)	2.093
7 de novembro de 2012	199.998	2017 a 2019	42,90	18.309	(15.937)	2.372
14 de dezembro de 2011	40.000	2016 a 2018	31,85	5.272	(5.042)	230
10 de novembro de 2010	-	2015 a 2017	26,78	9.602	(9.602)	-
	<u>1.183.398</u>			<u>105.521</u>	<u>(62.002)</u>	<u>43.519</u>

Em 2017, a amortização de R\$ 11.752 (R\$ 18.372 em 2016) foi registrada como despesa geral e administrativa.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

Saldo em 2015	1.727.264
Ações outorgadas em 4 de março de 2016	190.000
Ações transferidas aos administradores	(417.192)
Saldo em 2016	1.500.072
Ações outorgadas em 4 de março de 2017	100.000
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores	(143.333)
Ações transferidas aos administradores	(273.341)
Saldo em 2017	1.183.398

Adicionalmente, os acionistas da Ultrapar aprovaram, em AGOE realizada em 19 de abril de 2017, novo plano de incentivo baseado em ações (“Plano”), que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria, podendo ou não envolver a outorga de usufruto de parte destas ações para posterior transferência da nua-propriedade, a diretores ou empregados da Sociedade ou de controladas sob o seu controle direto ou indireto.

Poderão ser indicados para participar deste novo plano os administradores (quer sejam estatutários ou designados, exceto membros do Conselho de Administração da Sociedade) ou empregados em posições de comando da Sociedade ou de controladas sob o seu controle direto ou indireto (“Participantes”), observadas as disposições de cada programa. O Conselho de Administração ou o Comitê de Pessoas e Organização, designado para assessorá-lo na administração do Plano (“Comitê”), conforme o caso, indicará, por meio dos programas de incentivo em ações (“Programa”), aqueles que farão jus ao usufruto sobre as ações de emissão da Sociedade e à concessão de ações de emissão da Sociedade. Poderão ser entregues aos Participantes, em decorrência do Plano, ações ordinárias representativas de, no máximo, 1% do capital social da Sociedade, o que correspondia, na data da aprovação de referido Plano, a 5.564.051 ações ordinárias.

O Conselho de Administração aprovou a criação do 1º Programa de ações restritas e do 1º Programa de ações restritas e de performance, conforme abaixo:

Programa	Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
Restritas	1 de outubro de 2017	120.000	2023	76,38	12.642	(527)	12.115
Restritas e Performance	8 de novembro de 2017	46.270	2020 a 2022	76,38	5.901	(257)	5.644
		<u>166.270</u>			<u>18.543</u>	<u>(784)</u>	<u>17.759</u>

Em 2017 foi registrada uma despesa geral e administrativa de R\$ 784 em relação ao Plano.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	47.592	46.254
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	29	145.767	163.096
Provisão para benefícios pós-emprego	-	-	81.199	54.185
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	40.755	18.452
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	14.234	17.823
Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio	-	-	74.972	68.064
Provisão para retirada de tanques	-	-	19.111	23.419
Demais provisões	29.158	22.433	146.002	136.463
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar (d)	-	-	201.471	78.682
Total	29.158	22.462	771.103	606.438
Compensações de saldos passivos	-	-	(225.492)	(189.094)
Saldos líquidos apresentados no ativo	29.158	22.462	545.611	417.344
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	2.109	2.640
Arrendamento mercantil	-	-	3.361	3.899
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	44.440	59.264
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	131.811	74.895
Combinação de negócios – mais valia de ativos	-	-	45.414	46.202
Diferenças temporárias de controladas no exterior	-	-	955	2.290
Demais provisões	-	-	35.926	7.549
Total	-	-	264.016	196.739
Compensações de saldos ativos	-	-	(225.492)	(189.094)
Saldos líquidos apresentados no passivo	-	-	38.524	7.645

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	2017	2016
Saldo inicial	409.699	292.989
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	83.029	100.505
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	13.389	18.938
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em combinação de negócio	(610)	-
Outros	1.580	(2.733)
Saldo final	<u>507.087</u>	<u>409.699</u>

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	-	207.210
De 1 a 2 anos	9.720	79.790
De 2 a 3 anos	9.719	139.314
De 3 a 5 anos	9.719	94.397
De 5 a 7 anos	-	194.627
De 7 a 10 anos	-	55.765
Total do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	<u>29.158</u>	<u>771.103</u>

O estudo técnico sobre a projeção de lucros tributáveis da Extrafarma, para a realização de ativos fiscais diferidos, foi examinado pelo Conselho Fiscal em 20 de fevereiro de 2018 e aprovado pelo Conselho de Administração da Sociedade em 21 de fevereiro de 2018, levando-se em consideração a implementação das ações propostas pela administração da controlada, dentre elas, a reestruturação operacional e a expansão de lojas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro (prejuízo) antes da tributação e equivalência patrimonial	(12.482)	(26.221)	2.392.624	2.263.134
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	4.244	8.915	(813.492)	(769.466)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Despesas indedutíveis (i)	(1.120)	(176)	(105.017)	(57.961)
Receitas não tributáveis (ii)	-	13	19.084	7.561
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-	10.844	14.218
Juros sobre capital próprio (iv)	(550)	(364)	(550)	(364)
Demais ajustes	25	15	1.104	7.108
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	2.599	8.403	(888.027)	(798.904)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	48.598	98.912
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	2.599	8.403	(839.429)	(699.992)
Corrente	(4.098)	(5.379)	(922.458)	(800.497)
Diferido	6.697	13.782	83.029	100.505
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	20,8	32,0	35,0	30,9

- (i) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos, resultados negativos em controladas no exterior e certas provisões;
- (ii) Consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões;
- (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o IRPJ e CSLL foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas; e
- (iv) Juros sobre capital próprio é uma opção prevista na legislação societária brasileira para distribuição de lucros aos acionistas, calculado com base na taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), que não afeta o resultado do exercício, mas afeta a base de cálculo do IRPJ e CSLL, sendo tributável para o beneficiário e dedutível para a entidade que remunera.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Incentivos fiscais - SUDENE

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”):

<u>Controlada</u>	<u>Unidades</u>	<u>Incentivo - %</u>	<u>Término</u>
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Aracaju ⁽¹⁾	75	2017
	Base de Suape	75	2018
	Base de Mataripe	75	2024
	Base de Caucaia	75	2025
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Suape	75	2020
	Terminal de Aratu	75	2022
	Terminal de Itaqui	75	2025
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Planta de Camaçari	75	2021
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Planta de Camaçari ⁽²⁾	75	2026
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Planta de Camaçari ⁽³⁾	75	2026

⁽¹⁾ Será protocolado na SUDENE, no 1º semestre de 2018, pleito para a prorrogação do incentivo por mais 10 anos.

⁽²⁾ Em 10 abril de 2017 foi protocolado na SUDENE, pleito requerendo o reconhecimento do incentivo por mais 10 anos, em razão de modernizações efetuadas na planta. Em virtude de modernizações efetuadas na planta, a SUDENE aprovou a redução de IRPJ de 75% até 2026, por meio do laudo expedido em 13 de julho de 2017. Em 21 de agosto de 2017, o Laudo Constitutivo do benefício foi encaminhado à Secretaria da Receita Federal (“SRF”) para fins de homologação no prazo de 120 dias. Devido ao decurso do prazo para manifestação da SRF, a controlada reconheceu o benefício fiscal no resultado de 2017, retroativo a janeiro de 2017, no montante de R\$ 34.547.

⁽³⁾ Em 12 de junho de 2017, a controlada Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. (“EMCA”) protocolou pleito na SUDENE solicitando o incentivo de redução do IRPJ em 75% para sua planta em Camaçari - Bahia, em virtude de modernizações efetuadas na planta. A SUDENE aprovou a redução de IRPJ em 75% até 2026, por meio do laudo expedido em 29 de agosto de 2017. Em 21 de setembro de 2017, o Laudo Constitutivo do benefício foi encaminhado à SRF para fins de homologação no prazo de 120 dias. Devido ao decurso do prazo para manifestação da SRF, a controlada reconheceu o benefício fiscal no resultado de 2017, retroativo a janeiro de 2017, no montante de R\$ 1.842.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 3 de julho de 2017, a controlada Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”), protocolou pleito na SUDENE solicitando a redução do IRPJ em 75%, em virtude de implantação de unidade produtiva em Juazeiro - Bahia. Por meio de Laudo Constitutivo expedido em 7 de novembro de 2017, a SUDENE aprovou o incentivo até 2026. Referido laudo foi encaminhado à SRF em 27 de novembro de 2017, para fins de homologação no prazo de 120 dias.

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de CSLL a compensar

Em 2017, certas controladas da Sociedade possuem prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 598.183 (R\$ 236.956 em 2016) e bases negativas de CSLL no montante de R\$ 576.949 (R\$ 216.036 em 2016), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição. Sobre tais valores foram constituídos tributos diferidos no montante de R\$ 201.471 em 2017 (R\$ 78.682 em 2016).

10 Despesas antecipadas (Consolidado)

	2017	2016
Aluguéis ⁽¹⁾	329.421	196.944
Propaganda e publicidade	67.321	37.833
Plano de outorga de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	37.591	44.719
Prêmios de seguros	39.629	46.896
Manutenção de <i>software</i>	8.237	12.478
Demais despesas antecipadas	14.733	7.531
	<u>496.932</u>	<u>346.401</u>
Circulante	150.046	123.883
Não circulante	346.886	222.518

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a adiantamento de aluguéis dos postos de serviços da controlada IPP, que são posteriormente sublocados e operados pelos revendedores.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

11 Investimentos

a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto (Controladora)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto:

	2017				Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas				
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Ativo	1.167.916	5.436.836	17.235.258	2.472.924	517.439
Passivo	2.486	2.752.295	11.699.847	2.459.803	352.583
Patrimônio líquido	1.165.430	2.684.541 (*)	5.535.411 (*)	13.121	164.856
Receita líquida de vendas e serviços	-	1.192.175	67.037.576	-	5.067.950
Lucro líquido do exercício	76.965	208.387 (*)	1.259.966 (*)	2.573	109.063
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33

	2016				Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas				
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Ativo	1.197.373	5.320.676	14.180.685	2.428.309	403.847
Passivo	2.634	2.770.876	9.745.731	2.417.761	267.086
Patrimônio líquido	1.194.739	2.549.859 (*)	4.434.954	10.548	136.761
Receita líquida de vendas e serviços	-	1.201.965	66.191.909	-	1.490.516
Lucro líquido do exercício	105.913	231.415 (*)	1.212.395	(65)	89.586
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33

(*) ajustado pelos lucros não realizados entre controladas.

Os percentuais acima estão arredondados.

As informações financeiras dos segmentos de negócios encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 30.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto estão demonstradas abaixo:

	Investimentos em controladas					Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldo em 2015	1.089.092	2.935.315	3.595.034	-	7.619.441	31.514	7.650.955
Aporte de capital	-	-	-	10.613	10.613	-	10.613
Equivalência patrimonial	105.913	231.415	1.212.395	(65)	1.549.658	29.745	1.579.403
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	-	(544.626)	(345.533)	-	(890.159)	(12.915)	(903.074)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(42)	-	(42)	-	(42)
Ajustes de avaliação patrimonial	(266)	(12.839)	(26.900)	-	(40.005)	(2.935)	(42.940)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	(59.406)	-	-	(59.406)	-	(59.406)
Saldo em 2016	1.194.739	2.549.859	4.434.954	10.548	8.190.100	45.409	8.235.509
Equivalência patrimonial	76.965	208.489	1.259.952	2.573	1.547.979	36.210	1.584.189
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	(105.914)	(100.118)	(359.091)	-	(565.123)	(30.959)	(596.082)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(96)	-	(96)	-	(96)
Instrumento patrimonial outorgado	5	13	518	-	536	-	536
Ajustes de avaliação patrimonial	(365)	(18.964)	198.880	-	179.551	4.079	183.630
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	45.262	280	-	45.542	-	45.542
Saldo em 2017	1.165.430	2.684.541	5.535.397	13.121	9.398.489	54.739	9.453.228

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Empreendimentos controlados em conjunto (Consolidado)

A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense (“RPR”), que tem como atividade principal o refino de petróleo.

A controlada Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda. (“Ultracargo Participações”) participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”), que tem como atividade principal a armazenagem de grãos líquidos no porto de Paranaguá.

A controlada IPP participa da ConectCar, constituída em novembro de 2012, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento eletrônico de pedágios e estacionamento nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal, e no segmento de pagamento eletrônico de combustíveis em todo território nacional.

Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas demonstrações financeiras de 2017.

A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

	Movimentação dos investimentos			
	União Vopak	RPR	ConectCar	Total
Saldo em 2015	4.545	31.514	43.318	79.377
Aporte de capital	-	-	47.281	47.281
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(2.935)	-	(2.935)
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	-	(12.915)	-	(12.915)
Equivalência patrimonial	<u>(27)</u>	<u>29.745</u>	<u>(24.384)</u>	<u>5.334</u>
Saldo em 2016	4.518	45.409	66.215	116.142
Aporte de capital	-	-	16.000	16.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	4.079	-	4.079
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	-	(30.959)	-	(30.959)
Equivalência patrimonial	<u>1.578</u>	<u>36.210</u>	<u>(20.989)</u>	<u>16.799</u>
Saldo em 2017	<u>6.096</u>	<u>54.739</u>	<u>61.226</u>	<u>122.061</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

	2017		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	7.110	389.022	90.242
Ativo não circulante	6.627	128.417	132.785
Passivo circulante	1.210	297.762	100.564
Passivo não circulante	336	54.821	12
Patrimônio líquido	12.191	164.856	122.451
Receita líquida	15.260	5.067.950	33.935
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(10.852)	(4.876.389)	(100.444)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(1.252)	(82.498)	24.530
Lucro (prejuízo) líquido	3.156	109.063	(41.979)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	169.860.500
Participação no capital social - %	50	33	50

	2016		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	4.228	286.916	93.634
Ativo não circulante	6.383	116.931	116.243
Passivo circulante	700	198.619	77.448
Passivo não circulante	876	68.467	-
Patrimônio líquido	9.035	136.761	132.429
Receita líquida	12.030	1.490.516	30.058
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(12.430)	(1.361.551)	(105.800)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	346	(39.379)	26.974
Lucro (prejuízo) líquido	(54)	89.586	(48.768)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	145.860.500
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Sociedades coligadas (Consolidado)

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A., que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio ("Oxiteno S.A.") participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. ("Oxicap"), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá.

A controlada Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio ("Oxiteno Nordeste") participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A., que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Cia. Ultragaz participa da Metalúrgica Plus S.A., que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada IPP participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A., que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

O investimento da controlada Oxiteno S.A. na coligada Oxicap está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações de 30 de novembro de 2017, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas demonstrações financeiras de 2017.

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada abaixo:

Movimentação dos investimentos

	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A	Total
Saldo em 2015	5.743	12.000	3.684	110	-	21.537
Dividendos	(948)	-	-	-	-	(948)
Equivalência patrimonial	<u>1.206</u>	<u>981</u>	<u>(6)</u>	<u>(39)</u>	<u>-</u>	<u>2.142</u>
Saldo em 2016	6.001	12.981	3.678	71	-	22.731
Dividendos	(865)	-	-	-	(399)	(1.264)
Equivalência patrimonial	<u>1.212</u>	<u>1.477</u>	<u>(60)</u>	<u>269</u>	<u>976</u>	<u>3.874</u>
Saldo em 2017	<u>6.348</u>	<u>14.458</u>	<u>3.618</u>	<u>340</u>	<u>577</u>	<u>25.341</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

	2017				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	11.218	45.061	67	175	505
Ativo não circulante	16.464	74.621	10.278	1.695	2.821
Passivo circulante	1.960	12.338	-	422	93
Passivo não circulante	332	7.920	3.110	427	1.500
Patrimônio líquido	25.390	99.424	7.235	1.021	1.733
Receita líquida	10.522	52.709	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(5.649)	(40.769)	(90)	673	628
Resultado financeiro e imposto de renda	-	(2.144)	(31)	179	15
Lucro (prejuízo) líquido	4.873	9.796	(121)	852	643
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

	2016				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	7.524	28.358	220	169	1.178
Ativo não circulante	17.570	70.034	10.246	1.682	2.821
Passivo circulante	759	7.125	1	21	53
Passivo não circulante	332	5.226	3.109	1.616	1.667
Patrimônio líquido	24.003	86.041	7.356	214	2.279
Receita líquida	9.955	52.751	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(5.194)	(39.539)	(60)	(189)	574
Resultado financeiro e imposto de renda	63	(6.837)	49	(19)	68
Lucro (prejuízo) líquido	4.824	6.375	(11)	(208)	642
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

12 Imobilizado (Consolidado)

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 2016	Adições	Depreciações	Transfe- rências	Baixas	Variação cambial	Saldo inicial CBLSA	Saldo em 2017
Custo:									
Terrenos	-	520.575	4.319	-	16.039	(969)	4.574	34.636	579.174
Edificações	30	1.440.204	10.677	-	95.630	(12.409)	32.998	72.767	1.639.867
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9	796.521	13.819	-	116.698	(14.494)	11	-	912.555
Máquinas e equipamentos	12	4.225.056	130.154	-	105.060	(16.069)	277.730	-	4.721.931
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	13	2.429.079	131.134	-	78.568	(29.935)	-	112.229	2.721.075
Tanques e vasilhames para GLP	11	619.511	59.598	-	(1.149)	(34.263)	-	-	643.697
Veículos	7	271.133	28.428	-	6.948	(21.055)	1.841	-	287.295
Móveis e utensílios	9	204.550	35.078	-	10.775	(834)	10.756	6.169	266.494
Obras em andamento	-	523.285	766.775	-	(386.198)	(4)	10.192	14.950	929.000
Adiantamentos a fornecedores	-	96.423	61.536	-	(48.722)	-	2.930	-	112.167
Importações em andamento	-	58	1.182	-	(450)	-	(4)	-	786
Equipamentos de informática	5	288.705	42.638	-	3.095	(1.081)	170	19.495	353.022
		<u>11.415.100</u>	<u>1.285.338</u>	<u>-</u>	<u>(3.706)</u>	<u>(131.113)</u>	<u>341.198</u>	<u>260.246</u>	<u>13.167.063</u>
Depreciação acumulada:									
Edificações		(632.908)	-	(46.795)	130	5.535	(28.365)	(22.005)	(724.408)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(412.449)	-	(71.660)	(166)	8.624	-	-	(475.651)
Máquinas e equipamentos		(2.474.504)	-	(258.068)	(139)	10.174	(257.629)	-	(2.980.166)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(1.383.069)	-	(144.884)	(29)	26.907	-	(44.731)	(1.545.806)
Tanques e vasilhames para GLP		(276.414)	-	(45.838)	130	16.157	-	-	(305.965)
Veículos		(101.082)	-	(21.740)	80	12.365	(1.823)	-	(112.200)
Móveis e utensílios		(120.747)	-	(15.128)	(9)	594	(9.275)	(4.010)	(148.575)
Equipamentos de informática		(220.421)	-	(24.481)	148	991	(121)	(16.975)	(260.859)
		<u>(5.621.594)</u>	<u>-</u>	<u>(628.594)</u>	<u>145</u>	<u>81.347</u>	<u>(297.213)</u>	<u>(87.721)</u>	<u>(6.553.630)</u>
Provisão para perdas:									
Adiantamento a fornecedores		(83)	-	-	-	-	-	-	(83)
Terrenos		(197)	(104)	-	-	197	-	-	(104)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(560)	(10)	-	-	14	(8)	-	(564)
Máquinas e equipamentos		(4.347)	(397)	-	-	45	(25)	-	(4.724)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes		(336)	-	-	-	167	-	-	(169)
Móveis e utensílios		(1)	-	-	-	-	-	-	(1)
		<u>(5.524)</u>	<u>(511)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>423</u>	<u>(33)</u>	<u>-</u>	<u>(5.645)</u>
Custo líquido		<u>5.787.982</u>	<u>1.284.827</u>	<u>(628.594)</u>	<u>(3.561)</u>	<u>(49.343)</u>	<u>43.952</u>	<u>172.525</u>	<u>6.607.788</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 2015	Adições	Depreciações	Transferências	Baixas	Variação cambial	Saldo em 2016
Custo:								
Terrenos	-	524.159	157	-	218	(202)	(3.757)	520.575
Edificações	30	1.382.603	11.597	-	68.989	(281)	(22.704)	1.440.204
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9	701.183	11.109	-	87.312	(3.078)	(5)	796.521
Máquinas e equipamentos	13	3.991.839	117.157	-	164.883	(10.209)	(38.614)	4.225.056
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis								
claros/lubrificantes	14	2.282.462	113.162	-	56.213	(22.758)	-	2.429.079
Tanques e vasilhames para GLP	11	541.351	107.582	-	1.435	(30.857)	-	619.511
Veículos	7	258.776	25.882	-	5.559	(18.575)	(509)	271.133
Móveis e utensílios	10	170.695	27.319	-	8.955	(1.315)	(1.104)	204.550
Obras em andamento	-	437.533	487.651	-	(384.335)	(535)	(17.029)	523.285
Adiantamentos a fornecedores	-	12.125	102.465	-	(13.781)	-	(4.386)	96.423
Importações em andamento	-	1.201	8.007	-	(8.895)	-	(255)	58
Equipamentos de informática	5	260.685	27.574	-	3.448	(1.561)	(1.441)	288.705
		<u>10.564.612</u>	<u>1.039.662</u>	<u>-</u>	<u>(9.999)</u>	<u>(89.371)</u>	<u>(89.804)</u>	<u>11.415.100</u>
Depreciação acumulada:								
Edificações		(591.831)	-	(43.778)	13	151	2.537	(632.908)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(359.117)	-	(55.913)	339	2.235	7	(412.449)
Máquinas e equipamentos		(2.241.244)	-	(242.419)	3.099	9.536	(3.476)	(2.474.504)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis								
claros/lubrificantes		(1.270.797)	-	(130.613)	-	18.341	-	(1.383.069)
Tanques e vasilhames para GLP		(249.234)	-	(40.941)	-	13.761	-	(276.414)
Veículos		(92.457)	-	(19.991)	-	11.234	132	(101.082)
Móveis e utensílios		(110.259)	-	(11.146)	5	868	(215)	(120.747)
Equipamentos de informática		(203.793)	-	(19.225)	(3)	1.488	1.112	(220.421)
		<u>(5.118.732)</u>	<u>-</u>	<u>(564.026)</u>	<u>3.453</u>	<u>57.614</u>	<u>97</u>	<u>(5.621.594)</u>
Provisão para perdas:								
Adiantamento a fornecedores		(83)	-	-	-	-	-	(83)
Terrenos		(197)	-	-	-	-	-	(197)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(659)	(4)	-	-	-	103	(560)
Máquinas e equipamentos		(4.739)	(281)	-	-	325	348	(4.347)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis								
claros/lubrificantes		(1.306)	-	-	-	970	-	(336)
Móveis e utensílios		(1)	-	-	-	-	-	(1)
		<u>(6.985)</u>	<u>(285)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.295</u>	<u>451</u>	<u>(5.524)</u>
Custo líquido		<u>5.438.895</u>	<u>1.039.377</u>	<u>(564.026)</u>	<u>(6.546)</u>	<u>(30.462)</u>	<u>(89.256)</u>	<u>5.787.982</u>

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações, reformas, construção e modernizações dos parques industriais, terminais, lojas, postos de serviços e bases de distribuição.

Os adiantamentos efetuados a fornecedores de bens patrimoniais referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de bens para expansão das unidades industriais, terminais, lojas, bases e aquisição de imóveis operacionais.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

13 Intangível (Consolidado)

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada conforme a seguir:

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 2016	Adições	Amortiza- ções	Transfe- rências	Baixas	Variação cambial	Saldo inicial CBLSA	Saldo em 2017
Custo:									
Ágio (i)	-	1.454.484	-	-	-	-	-	123.673	1.578.157
Software (ii)	5	641.691	207.703	-	2.447	(1.193)	2.431	-	853.079
Tecnologia (iii)	5	32.617	-	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial (iv)	10	43.258	13.837	-	(68)	(1.958)	-	-	55.069
Fundo de comércio (v)	6	3.651.316	580.011	-	-	-	-	42.052	4.273.379
Marcas (vi)	-	112.936	-	-	-	-	607	-	113.543
Outros (vii)	4	39.172	420	-	-	-	922	-	40.514
		<u>5.975.474</u>	<u>801.971</u>	<u>-</u>	<u>2.379</u>	<u>(3.151)</u>	<u>3.960</u>	<u>165.725</u>	<u>6.946.358</u>
Amortização acumulada:									
Software		(396.702)	-	(59.579)	(5)	1.191	(1.704)	-	(456.799)
Tecnologia		(32.469)	-	(72)	-	-	-	-	(32.541)
Direitos de propriedade comercial		(19.568)	-	(3.689)	8	1.957	-	-	(21.292)
Fundo de comércio		(2.131.826)	-	(500.488)	(12.635)	-	-	(32.108)	(2.677.057)
Outros		(23.310)	-	(7.883)	-	-	(3)	-	(31.196)
		<u>(2.603.875)</u>	<u>-</u>	<u>(571.711)</u>	<u>(12.632)</u>	<u>3.148</u>	<u>(1.707)</u>	<u>(32.108)</u>	<u>(3.218.885)</u>
Custo líquido		<u>3.371.599</u>	<u>801.971</u>	<u>(571.711)</u>	<u>(10.253)</u>	<u>(3)</u>	<u>2.253</u>	<u>133.617</u>	<u>3.727.473</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 2015	Adições	Amortiza- ções	Transfe- rências	Baixas	Variação cambial	Saldo em 2016
Custo:								
Ágio (i)	-	1.456.179	-	-	-	(1.695)	-	1.454.484
Software (ii)	5	539.522	99.734	-	7.601	(7)	(5.159)	641.691
Tecnologia (iii)	5	32.617	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial (iv)	10	36.588	7.303	-	-	(633)	-	43.258
Fundo de comércio (v)	5	3.278.487	543.527	-	(170.698)	-	-	3.651.316
Marcas (vi)	-	120.944	-	-	-	-	(8.008)	112.936
Outros (vii)	4	46.951	607	-	(5.960)	(980)	(1.446)	39.172
		<u>5.511.288</u>	<u>651.171</u>	<u>-</u>	<u>(169.057)</u>	<u>(3.315)</u>	<u>(14.613)</u>	<u>5.975.474</u>
Amortização acumulada:								
Software		(350.760)	-	(49.380)	(2)	7	3.433	(396.702)
Tecnologia		(31.256)	-	(1.213)	-	-	-	(32.469)
Direitos de propriedade comercial		(16.979)	-	(3.148)	-	559	-	(19.568)
Fundo de comércio		(1.802.989)	-	(493.348)	164.511	-	-	(2.131.826)
Outros		(15.369)	-	(7.835)	(83)	-	(23)	(23.310)
		<u>(2.217.353)</u>	<u>-</u>	<u>(554.924)</u>	<u>164.426</u>	<u>566</u>	<u>3.410</u>	<u>(2.603.875)</u>
Custo líquido		<u>3.293.935</u>	<u>651.171</u>	<u>(554.924)</u>	<u>(4.631)</u>	<u>(2.749)</u>	<u>(11.203)</u>	<u>3.371.599</u>

i) O saldo líquido remanescente do ágio é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade e apresentam os seguintes saldos:

	Segmento	2017	2016
Ágio na aquisição de:			
Extrafarma	Extrafarma	661.553	661.553
Ipiranga ¹	Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	Ultracargo	211.089	211.089
CBLSA	Ipiranga	123.673	-
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
Oxitenos Uruguay	Oxitenos	44.856	44.856
Temmar	Ultracargo	43.781	43.781
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultragas	13.403	13.403
Outros	Oxitenos	583	583
		<u>1.578.157</u>	<u>1.454.484</u>

¹ Inclui R\$ 246.163 na controladora.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados. As principais premissas-chaves utilizadas pela Sociedade para o cálculo do valor em uso estão descritas abaixo:

Período de avaliação: a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos (exceto segmento Extrafarma), e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. Para o segmento Extrafarma foi utilizado um período de 10 anos devido ao seu plano de expansão e pelo prazo de quatro anos para maturidade de novas lojas.

Taxa de desconto e taxa de crescimento real: as taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2017 variaram de 9,6% a 12,7% e 0% a 1% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada. Para a controlada Oxiteno Andina, devido ao cenário macroeconômico na Venezuela, a taxa de desconto utilizada foi 803,8%.

Receita de vendas, custos e despesas e margem bruta: para 2018 foi considerado o orçamento elaborado pela administração e aprovado pelo Conselho de Administração. Nos períodos subsequentes foram considerados a previsão de inflação geral ou índice de preço previstos nos contratos.

Abertura de novos pontos comerciais (investimentos): para 2018 foi considerado o orçamento elaborado pela administração e aprovado pelo Conselho de Administração. Nos períodos subsequentes foram considerados os planos de expansão de cada unidade de negócio, que leva em consideração também, o histórico de fechamento de estabelecimentos.

O teste de recuperação dos saldos de ágios e ativos líquidos da Sociedade e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A Sociedade efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos importantes nos fluxos de caixas e no valor em uso. Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto ou um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

ii) Software inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem e informações contábeis, entre outros.

iii) As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste e Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Oleoquímica”) registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, álcoois graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

iv) Direitos de propriedade comercial incluem os descritos a seguir:

- A controlada Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar (“Tequimar”) possui contrato com a CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia, que permite a exploração da área na qual está situado o terminal de Aratu por 20 anos, renovável por igual período. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 12.000, o qual está sendo amortizado de agosto de 2002 a julho de 2042.
- A controlada Tequimar possui contrato de arrendamento de área adjacente ao porto de Santos por 20 anos a partir de dezembro de 2002, renovável por igual período, que permite construir, operar e explorar terminal destinado à recepção, tancagem, movimentação e distribuição de granéis líquidos. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 4.334, o qual está sendo amortizado de agosto de 2005 a dezembro de 2022.
- A controlada Extrafarma realiza pagamentos de luvas para obtenção de certos pontos comerciais para abertura de drogarias, os quais são demonstrados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear considerando os prazos dos contratos de locação. Em eventual desativação das lojas, o valor residual é reconhecido no resultado.

v) Fundo de comércio refere-se principalmente aos desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores. Os desembolsos de direitos de exclusividade são registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como despesa de vendas no resultado conforme as condições estabelecidas no contrato e são revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos.

vi) Marcas representam os custos de aquisição da marca ‘am/pm’ no Brasil e da marca Extrafarma.

vii) Outros intangíveis referem-se principalmente ao programa de fidelidade Clube Extrafarma.

As despesas de amortização foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	29.344	14.593
Despesas com vendas e comerciais	484.609	492.973
Despesas gerais e administrativas	57.758	47.358
	<u>571.711</u>	<u>554.924</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

14 Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro (Consolidado)

a. Composição

Descrição	2017	2016	Índice/ Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31/12/2017 - % a.a.	Vencimento
Moeda estrangeira:					
Notas no mercado externo (b) (*)	2.454.142	2.412.112	US\$	+5,3	2026
Financiamento externo (c.1) (*)	788.794	942.456	US\$ + LIBOR (i)	+1,0	2018 a 2022
Financiamento externo (c.2, c.3 e c.4)	298.927	332.650	US\$	+1,9	2018
Financiamento externo (c.1) (*)	259.015	486.451	US\$ + LIBOR (i)	+2,2	2018
Instituições financeiras (e)	330.755	195.021	US\$ + LIBOR (i)	+2,5	2019 a 2022
Instituições financeiras (e)	106.745	109.859	US\$	+2,8	2018 a 2022
Instituições financeiras (e)	27.048	24.586	MX\$ (ii)	+8,5	2018
Adiantamento de Cambiais Entregues	26.080	32.582	US\$	+2,2	< 54 dias
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	44.515	111.066	US\$	+2,4	< 92 dias
BNDES (d)	4.460	7.137	US\$	+6,4	2018 a 2020
Instituições financeiras (e)	3.382	9.569	MX\$+THIE (ii)	+1,5	2018
Instituições financeiras (e)	593	435	Bs\$ (vii)	+24,0	2018
Total moeda estrangeira	4.344.456	4.663.924			
Moeda nacional:					
Debêntures – Ipiranga (g.1, g.2, g.4 e g.6)	2.836.741	1.914.498	CDI	105,8	2018 a 2022
Banco do Brasil pós-fixado (f)	2.794.272	2.956.547	CDI	107,3	2018 a 2021
Debêntures – 5ª emissão (g.3)	817.654	832.383	CDI	108,3	2018
Debêntures – CRA (g.5)	1.380.852	-	CDI	95,0	2022
Debêntures – CRA (g.5) (*)	554.402	-	IPCA	+4,6	2024
BNDES (d)	206.423	307.593	TJLP (iii)	+2,4	2018 a 2023
Nota de crédito à exportação pós-fixada (h)	157.749	158.753	CDI	101,5	2018
BNDES (d)	69.422	71.430	SELIC (vi)	+2,3	2018 a 2023
BNDES EXIM	62.754	62.084	TJLP (iii)	+3,5	2018
Arrendamento mercantil financeiro (i)	48.515	48.566	IGP-M (v)	+5,6	2018 a 2031
FINEP	35.611	48.667	R\$	+4,0	2018 a 2022
FINEP	32.682	34.613	TJLP (iii)	+1,0	2018 a 2023
Banco do Nordeste do Brasil	28.136	47.120	R\$	+8,5	2018 a 2021
BNDES EXIM	30.850	28.056	SELIC (vi)	+3,9	2018
BNDES (d)	26.270	40.309	R\$	+5,5	2018 a 2022
FINAME	56	80	TJLP (iii)	+5,7	2018 a 2022
Arrendamento mercantil financeiro pré-fixado (i)	-	41			
Arrendamento mercantil financeiro pós-fixado (i)	-	109			
Total moeda nacional	9.082.389	6.550.849			
Total moeda estrangeira e nacional	13.426.845	11.214.773			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (**)					
	163.749	202.357			
Total	13.590.594	11.417.130			
Circulante	3.503.675	2.475.604			
Não circulante	10.086.919	8.941.526			

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

(*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 31 – Contabilidade de proteção).

(**) Perdas acumuladas (vide nota explicativa nº 31).

- (i) LIBOR = London Interbank Offered Rate.
- (ii) MX\$ = peso mexicano; TIIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio.
- (iii) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Em 31 de dezembro 2017, a TJLP estava fixada em 7,0% a.a.
- (iv) Contrato vinculado à taxa do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”), que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a., sobre a qual incide bônus de adimplência de 15%.
- (v) IGP-M = Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.
- (vi) SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
- (vii) Bs\$ = Bolívar.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro é demonstrada abaixo:

Saldo em 2016	11.214.773
Captações com efeito caixa	4.510.694
Apropriação de juros	925.421
Pagamento de principal/contraprestação de arrendamento mercantil financeiro	(2.467.391)
Pagamento de juros	(769.740)
Variação monetária	37.937
Variação de valor justo	(24.849)
Saldo em 2017	<u>13.426.845</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2017	2016
De 1 a 2 anos	1.826.907	3.203.383
De 2 a 3 anos	894.640	1.699.009
De 3 a 4 anos	1.302.450	693.993
De 4 a 5 anos	3.016.406	554.162
Mais de 5 anos	3.046.516	2.790.979
	<u>10.086.919</u>	<u>8.941.526</u>

Conforme IAS 39 (CPC 8 (R1)), os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras da Sociedade e suas controladas foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.j).

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 31).

b. Notas no mercado externo

Em 6 de outubro de 2016, a controlada Ultrapar International S.A. (“Ultrapar International”) emitiu US\$ 750 milhões em notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 98,097% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela IPP. A Sociedade designou relações de *hedge* para esta operação (vide nota explicativa nº 31 – Contabilidade de *hedge*: *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior).

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles:

- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e das controladas Ultrapar International e IPP.
- Restrição de gravames em ativos superior a US\$ 150 milhões ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

A Sociedade e suas controladas mantêm os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Financiamentos externos

- 1) A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US\$ 320 milhões. A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 102,9% do CDI (vide nota explicativa nº 31). A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Sociedade.

Os financiamentos externos têm seus vencimentos de principal distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ (milhões)	Custo em % do CDI
jul/18	60,0	103,0
set/18	80,0	101,5
nov/18	80,0	101,4
jun/22	100,0	105,0
Total / custo médio	<u>320,0</u>	<u>102,9</u>

- 2) A controlada LPG International Inc. possui financiamento externo no montante de US\$ 30 milhões, com vencimento em dezembro de 2018 e encargo financeiro de LIBOR + 1,85% a.a., pago trimestralmente. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada IPP.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

- 3) A controlada GPPTC possuía financiamento externo no montante de US\$ 12 milhões, com vencimento em dezembro de 2018 e encargo financeiro de LIBOR + 1,85% a.a., pago trimestralmente. O financiamento externo era garantido pela Sociedade e pela controlada IPP. A controlada liquidou antecipadamente o financiamento em dezembro de 2017.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- 4) A controlada GPPTC possui financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões, com vencimento em 22 de junho de 2020 e encargo financeiro de LIBOR + 2,0% a.a., pago trimestralmente. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragaz, contratou instrumento de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos financeiros do financiamento externo para 105,9% do CDI. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxitenor Nordeste.

d. BNDES

As controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,3; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

e. Instituições financeiras

As controladas Oxitenor México S.A. de C.V., Oxitenor USA LLC (“Oxitenor USA”), Oxitenor Uruguay e Oxitenor Andina possuem empréstimos para financiamento de investimentos e de capital de giro.

A controlada Oxitenor USA possui financiamento no montante de US\$ 40 milhões, com vencimento em fevereiro de 2021 e encargo financeiro de LIBOR + 3,0% a.a., pago trimestralmente. Os recursos estão sendo utilizados na construção de uma nova planta de alcoilação no Texas. O financiamento é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxitenor Nordeste.

A controlada Oxitenor USA possui empréstimo no montante de US\$ 20 milhões, com vencimento em setembro de 2020 com encargo financeiro de LIBOR + 3,0% a.a., pago trimestralmente. O financiamento é garantido pela Sociedade e pela Oxitenor S.A.

Em outubro de 2017, a controlada Oxitenor USA contratou financiamento no montante de US\$ 40 milhões, com vencimento em outubro de 2022 e encargo financeiro de LIBOR + 1,73% a.a., pago trimestralmente. Os recursos estão sendo utilizados na construção de uma nova planta de alcoilação no Texas. O financiamento é garantido pela Sociedade.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados ao financiamento para comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol).

Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2017):

Vencimento	
jan/2018	172.798
abr/2018	100.571
fev/2019	168.392
mai/2019	1.338.979
mai/2020	337.844
mai/2021	337.844
mai/2022	337.844
<hr/>	
Total	<u>2.794.272</u>

g. Debêntures

- 1) Em dezembro de 2012, a controlada IPP efetuou sua primeira emissão pública de debêntures em série única de 60.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de novembro de 2017
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

As debêntures foram liquidadas pela Sociedade na data do seu vencimento.

- 2) Em janeiro de 2014, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão pública de debêntures em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	20 de dezembro de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- 3) Em março de 2015, a Sociedade efetuou sua quinta emissão de debêntures, em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de março de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,25% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- 4) Em maio de 2016, a controlada IPP efetuou sua quarta emissão pública de debêntures em série única de 500 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	25 de maio de 2021
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de maio de 2019
Remuneração:	105,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- 5) Em abril de 2017, a controlada IPP efetuou sua quinta emissão de debêntures em duas séries únicas de 660.139 e 352.361 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e não garantidas, colocadas de forma privada pela Eco Consult – Consultoria de Operações Financeiras Agropecuárias Ltda. Os recursos estão sendo destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de Certificado de Recebíveis de Agronegócio (CRA). As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	18 de abril de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de abril de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,7%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A Ipiranga contratou instrumentos de proteção a variações no IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 93,9% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

- 6) Em julho de 2017, a controlada IPP efetuou sua sexta emissão pública de debêntures em série única de 1.500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	28 de julho de 2022
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de julho de 2021
Remuneração:	105,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- 7) Em outubro de 2017, a controlada IPP efetuou sua sétima emissão de debêntures no montante total de R\$ 944.077, em duas séries únicas de 730.384 e 213.693 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e não garantidas, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos estão sendo destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Vert Créditos Ltda., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de CRA. A liquidação financeira ocorreu em 1º de novembro de 2017. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,33%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações no IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,3% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como hedge de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

As debêntures têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2017).

Vencimento	
mar/2018	817.654
dez/2018	801.026
mai/2021	499.012
abr/2022	656.009
jul/2022	1.536.704
out/2022	724.841
abr/2024	350.873
out/2024	<u>203.530</u>
Total	<u>5.589.649</u>

h. Nota de crédito à exportação

A controlada Oxiteno Nordeste possui contrato de nota de crédito à exportação no montante de R\$ 156,8 milhões com vencimento em maio de 2018 e encargo financeiro pós-fixado de 101,5% do CDI pago trimestralmente.

i. Contratos de arrendamento mercantil financeiro

A controlada Cia. Ultragaz mantém contrato de arrendamento mercantil financeiro relativo à locação de bases de engarrafamento e vasilhames de GLP com vencimento em abril de 2031.

A controlada Extrafarma mantinha contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados a *software*, com prazo de 48 meses, que se encerraram em 2017.

Os valores do imobilizado e do intangível, líquidos de depreciação e amortização, e do passivo correspondentes a esses equipamentos, estão abaixo demonstrados:

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	2017		2016	
	Bases de engarraffamento e vasilhames de GLP	Bases de engarraffamento e vasilhames de GLP	Software	Total
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	15.732	17.078	223	17.301
Financiamento (valor presente)	<u>48.515</u>	<u>48.566</u>	<u>150</u>	<u>48.716</u>
Circulante	2.710	2.465	150	2.615
Não circulante	45.805	46.101	-	46.101

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, estão apresentados abaixo:

	2017		2016	
	Bases de engarraffamento e vasilhames de GLP	Bases de engarraffamento e vasilhames de GLP	Software	Total
Até 1 ano	5.113	4.876	156	5.032
De 1 a 2 anos	5.113	4.876	-	4.876
De 2 a 3 anos	5.113	4.876	-	4.876
De 3 a 4 anos	5.113	4.876	-	4.876
De 4 a 5 anos	5.113	4.876	-	4.876
Mais de 5 anos	<u>42.611</u>	<u>45.516</u>	<u>-</u>	<u>45.516</u>
Total	<u>68.176</u>	<u>69.896</u>	<u>156</u>	<u>70.052</u>

As contraprestações acima incluem os valores de Imposto sobre Serviços (“ISS”), a serem pagos em contraprestações mensais, exceto para os desembolsos referentes às bases de engarraffamento de GLP.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 2016	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 2017
Notas no mercado externo (b)	0,0	16.612	-	(1.314)	15.298
Banco do Brasil (f)	0,2	12.182	-	(4.117)	8.065
Debêntures (g)	0,2	6.835	42.388	(4.514)	44.709
Financiamentos externos (c)	0,2	2.211	563	(1.561)	1.213
Outros	0,2	1.952	1.418	(569)	2.801
Total		39.792	44.369	(12.075)	72.086

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 2015	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 2016
Banco do Brasil (f)	0,2	11.883	3.529	(3.230)	12.182
Financiamentos externos (c)	0,2	4.649	-	(2.438)	2.211
Debêntures (g)	0,1	1.801	6.407	(1.373)	6.835
Notas no mercado externo (b)	0,0	-	16.821	(209)	16.612
Outros	0,2	545	2.079	(672)	1.952
Total		18.878	28.836	(7.922)	39.792

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Notas no mercado externo (b)	1.388	1.464	1.546	1.632	1.723	7.545	15.298
Banco do Brasil (f)	4.628	2.317	599	385	136	-	8.065
Debêntures (g)	9.151	9.069	9.110	8.971	5.798	2.610	44.709
Financiamento externo (c)	931	171	111	-	-	-	1.213
Outros	642	831	710	354	264	-	2.801
Total	16.740	13.852	12.076	11.342	7.921	10.155	72.086

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

k. Garantias

Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R\$ 66.337 em 2017 (R\$ 56.570 em 2016) e avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 9.587.971 em 2017 (R\$ 7.069.482 em 2016).

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 237.537 em 2017 (R\$ 215.988 em 2016) e garantias relacionadas a importação de matéria-prima da controlada IPP no montante de R\$ 81.046 em 2017 (R\$ 59.316 em 2016).

Algumas controladas da Oxitenos emitem garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendor*”). Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. O montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias é de R\$ 8.224 em 2017 (R\$ 30.764 em 2016), com vencimentos de até 212 dias. Até 31 de dezembro de 2017, as controladas não sofreram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas reconhecido em demais contas a pagar no passivo circulante é de R\$ 205 em 2017 (R\$ 743 em 2016), sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

15 Fornecedores (Consolidado)

	2017	2016
Fornecedores nacionais	1.973.668	1.620.388
Fornecedores estrangeiros	<u>181.830</u>	<u>89.265</u>
	<u>2.155.498</u>	<u>1.709.653</u>

Algumas controladas da Sociedade adquirem combustíveis e GLP da Petrobras e de suas controladas e eteno da Braskem S.A. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil. As controladas da Sociedade dependem da capacidade desses fornecedores de fornecer produtos em tempo hábil e por preços e termos favoráveis. A perda de algum dos principais fornecedores ou uma redução significativa na disponibilidade do produto desses fornecedores poderia ter um efeito negativo significativo na Sociedade e suas controladas. A Sociedade e suas controladas acreditam que os relacionamentos com seus fornecedores são satisfatórios.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

16 Salários e encargos sociais (Consolidado)

	2017	2016
Provisões sobre folha de pagamento	179.120	162.216
Participação nos lucros, bônus e prêmios	125.006	140.504
Encargos sociais	64.524	49.812
Outros	19.468	10.186
	<u>388.118</u>	<u>362.718</u>

17 Obrigações tributárias (Consolidado)

	2017	2016
ICMS	131.125	105.160
PIS e COFINS	27.065	25.287
PERT ^(*)	19.584	-
IVA das controladas Oxitenos México, Oxitenos USA, Oxitenos Andina e Oxitenos Uruguay	17.992	16.148
ISS	11.211	8.074
Outros	18.852	16.364
	<u>225.829</u>	<u>171.033</u>

^(*) Refere-se a débitos fiscais federais da controlada IPP que foram incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

18 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

a. *ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar*

Em fevereiro de 2001, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar ("Ultraprev"). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,5% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 25 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. Em 2017, as controladas contribuíram com R\$ 24.819 (R\$ 23.261 em 2016) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 2017 atingiu 8.322 participantes ativos e 245 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 27 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

b. *Benefícios pós-emprego*

As controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS"), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente em 31 de dezembro de 2017, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme o IAS 19 R2011 (CPC 33 R2).

	2017	2016
Plano de Assistência Médica e Odontológica ⁽¹⁾	99.767	32.826
Multa FGTS	81.831	64.654
Gratificação	40.254	32.815
Seguro de vida ⁽¹⁾	15.671	14.456
Total	237.523	144.751
Circulante	30.059	24.940
Não circulante	207.464	119.811

⁽¹⁾ somente aplicável à Ipiranga e em 2017 também à CBLSA.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do valor presente da obrigação de benefício pós-emprego está apresentada a seguir:

	2017	2016
Saldo inicial	144.751	126.595
Custo dos serviços correntes	7.664	3.636
Custo dos juros	15.754	14.538
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de alterações de hipóteses	36.120	11.818
Benefícios pagos diretamente pela Sociedade e suas controladas	(11.368)	(10.971)
Saldo inicial CBLSA (vide nota explicativa nº 3.c)	44.478	-
Variação cambial de benefício pós-emprego de controladas no exterior	124	(865)
Saldo final	237.523	144.751

A despesa do exercício está apresentada a seguir:

	2017	2016
Plano de Assistência Médica e Odontológica	164	3.065
Multa FGTS	14.828	9.068
Gratificação	6.883	4.455
Seguro de vida	1.543	1.586
Total	23.418	18.174

As principais premissas atuariais utilizadas são:

Hipóteses econômicas	2017 % a.a.	2016 %a.a.
Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial	9,51	11,46
Taxa média nominal de crescimento salarial projetada	8,38	8,90
Taxa de inflação (longo prazo)	4,50	5,00
Taxa de crescimento dos serviços médicos	8,68	9,20

Hipóteses demográficas

Tábua de Mortalidade para seguro de vida – CSO-80

Tábua de Mortalidade demais benefícios – AT 2000 *Basic* desagravada em 10%

Tábua de Mortalidade de Inválidos – RRB 1983

Tábua de Entrada em Invalidez – RRB 1944 modificada

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da provisão para benefício pós-emprego são: taxa de desconto, crescimento salarial e custos médicos. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2017 a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período das demonstrações financeiras, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Premissa	Mudança na premissa	Diminuição no passivo	Mudança na premissa	Aumento no passivo
Taxa de desconto	aumento 1,0 p.p.	10.237	diminuição 1,0 p.p.	11.690
Taxa de crescimento salarial	diminuição 1,0 p.p.	2.807	aumento 1,0 p.p.	3.103
Taxa de crescimento dos serviços médicos	diminuição 1,0 p.p.	3.837	aumento 1,0 p.p.	4.413

A análise de sensibilidade apresentada pode não representar a mudança real na obrigação de benefício pós-emprego, uma vez que não é provável que a mudança ocorra nas premissas isoladamente, considerando que algumas dessas premissas podem estar correlacionadas.

Riscos inerentes ao benefício pós-emprego

Risco de taxa de juros: para calcular o valor presente do passivo do plano de benefício pós-emprego é utilizada a taxa de juros de longo prazo. Uma redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente.

Risco de crescimento salarial: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência os salários dos participantes do plano, projetados pela taxa média nominal de crescimento salarial. Um aumento real do salário dos participantes do plano aumentará o passivo correspondente.

Risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

19 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da Ipiranga localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.m).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

	2017	2016
Saldo inicial	77.564	74.716
Adições (novos tanques)	537	483
Gastos com tanques retirados	(15.432)	(2.785)
Despesa com atualização	2.105	5.150
	<hr/>	<hr/>
Saldo final	64.774	77.564
	<hr/>	<hr/>
Circulante	4.799	4.563
Não circulante	59.975	73.001

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

20 Provisões e contingências (Consolidado)

a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela administração.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 2016	Adições	Baixas	Atualizações	Saldo inicial CBLSA	Saldo em 2017
IRPJ e CSLL (a.1.1)	473.490	-	(2.163)	25.285	19.217	515.829
PIS e COFINS (a.1.2)	141.112	-	(109.463)	3.278	-	34.927
ICMS	17.099	1.864	(7.795)	533	100.083	111.784
Cíveis, ambientais e regulatórias (a.2.1)	69.350	22.026	(3.269)	330	859	89.296
Trabalhistas (a.3.1)	65.162	23.973	(11.899)	1.145	4.044	82.425
IPI	-	-	-	-	78.067	78.067
Outras	13.569	634	(1.401)	584	82	13.468
Total	<u>779.782</u>	<u>48.497</u>	<u>(135.990)</u>	<u>31.155</u>	<u>202.352</u>	<u>925.796</u>
Circulante	52.694					64.550
Não circulante	727.088					861.246

Algumas das provisões acima apresentadas possuem no todo, ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados.

A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Tributários	659.062	643.423
Trabalhistas	71.074	70.392
Cíveis e outros	<u>92.524</u>	<u>64.955</u>
Total – ativo não circulante	<u>822.660</u>	<u>778.770</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a.1) Provisões tributárias e previdenciárias

a.1.1) Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela SRF, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida, as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R\$ 483.485 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 457.868 em 31 de dezembro de 2016). Em 18 de julho de 2014, foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos, foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e as controladas recorreram desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores (STJ e STF) cujo julgamento definitivo encontra-se pendente.

a.1.2) As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste, Cia. Ultragaz, Tequimar, Tropical Transportes Ipiranga Ltda., EMCA, IPP e Extrafarma possuem mandados de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. Assim, amparada pelo posicionamento dos seus assessores legais, em 31 de março de 2017, a Oxiteno Nordeste e a IPP reverteram a provisão que havia sido constituída no montante de R\$ 109.463.

A Sociedade ressalta ser possível ao STF restringir os efeitos do julgamento ou decidir que a eficácia seja alcançada a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado. Em que pese o contexto favorável, até que ocorra o efetivo trânsito em julgado da decisão, as causas poderão ser reavaliadas, o que poderá resultar na necessidade de constituição de novas provisões no futuro.

a.2) Provisões cíveis, ambientais e regulatórias

a.2.1) A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, indenizações, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R\$ 89.296 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 69.350 em 31 de dezembro de 2016).

a.3) Provisões trabalhistas

a.3.1) A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 82.425 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 65.162 em 31 de dezembro de 2016) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Passivos contingentes (possíveis)

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível (chances de perda de 50% ou menos) pelos departamentos jurídicos da Sociedade baseado na opinião de seus assessores legais externos e, com base nesta avaliação, não se encontram provisionados nas demonstrações financeiras. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é R\$ 2.576.583 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 2.252.637 em 31 de dezembro de 2016).

b.1) Passivos contingentes tributários e previdenciários

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza tributária e previdenciária no valor de R\$ 1.709.435 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.519.658 em 31 de dezembro de 2016), dos quais se destacam:

b.1.1) A controlada IPP e suas controladas discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante referente a esta contingência é R\$ 166.003 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 169.889 em 31 de dezembro de 2016).

b.1.2) A controlada IPP e suas controladas possuem processos relacionados ao ICMS cujo valor total envolvido é de R\$ 618.774 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 626.393 em 31 de dezembro de 2016). Decorrem em sua maioria de créditos considerados indevidos no valor de R\$ 307.255 (R\$ 283.367 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$ 121.891 (R\$ 113.889 em 31 de dezembro de 2016) se referem à exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS relacionados às aquisições de álcool hidratado; de suposta falta de recolhimento do imposto no valor de R\$ 113.999 (R\$ 108.786 em 31 de dezembro de 2016); e de diferenças de estoque no valor de R\$ 149.171 (R\$ 147.031 em 31 de dezembro de 2016) relacionadas às sobras ou faltas ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto.

b.1.3) A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R\$ 645.868 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 450.120 em 31 de dezembro de 2016) dos quais se destaca a seguinte:

b.1.3.1) No primeiro trimestre de 2017, a controlada IPP recebeu uma autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL decorrentes da suposta amortização indevida do ágio pago na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 187.027 em 31 de dezembro de 2017, que inclui o montante dos tributos, juros e penalidade. A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.2) Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórias

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de R\$ 593.437 totalizando 2.783 processos em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 480.065 totalizando 2.329 processos em 31 de dezembro de 2016), dos quais se destacam:

b.2.1) A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao CADE, sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa em valor atualizado de R\$ 32.315 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 31.281 em 31 de dezembro de 2016). Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial.

b.2.2) Em 2016, a controlada Cia. Ultragaz tornou-se parte em dois processos administrativos junto ao CADE, relativos a alegações de práticas anticompetitivas: i) um dos processos trata de supostas práticas na Paraíba e outros Estados do Nordeste, e nele a controlada Bahiana é parte juntamente com a Cia. Ultragaz. Neste processo, a Cia. Ultragaz e a Bahiana firmaram Termo de Compromisso de Cessação (TCC) com o CADE, homologado em 22 de novembro de 2017, no valor de R\$ 95.987, a ser paga em 8 (oito) parcelas iguais atualizadas pela SELIC, de periodicidade semestral, com vencimento da primeira em 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação da homologação. Três funcionários e um ex-funcionário celebraram TCC no valor total de R\$ 1.100. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragaz e à Bahiana até seu julgamento final; ii) o segundo processo trata de supostas práticas no Distrito Federal e entorno, e nele apenas a Cia. Ultragaz é parte. Neste processo, a Cia. Ultragaz também firmou Termo de Compromisso de Cessação (TCC) com o CADE, homologado em 6 de setembro de 2017, no valor de R\$ 2.154, a ser paga em uma única parcela, com vencimento da primeira em 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação da homologação. Dois ex-funcionários celebraram TCC no valor de R\$ 50 cada um. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragaz até seu julgamento final.

b.2.3) A controlada IPP é parte em dois processos administrativos perante o CADE baseados em supostas práticas anticompetitivas no município de Joinville/SC e na região metropolitana de Belo Horizonte/MG. Em 31 de dezembro de 2017, não havia sido aplicada qualquer multa decorrente dos referidos processos administrativos. Suportada na opinião dos advogados externos, que classificam a probabilidade de perda como remota, a administração não reconheceu provisão para essas contingências em 31 de dezembro de 2017.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.2.4) Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer técnico pelo Centro de Apoio Operacional à Execução – CAEX, órgão vinculado ao Ministério Público Estadual de São Paulo (“MPE”), apresentando proposta de cálculo de indenização para os supostos danos ambientais decorrentes do incêndio ocorrido em 2 de abril de 2015 no Terminal de Santos da controlada Tequimar. O trabalho não possui efeito vinculante, caráter condenatório ou sancionatório e ainda será avaliado pelas autoridades e partes envolvidas. A controlada discorda da metodologia e das premissas adotadas na proposta e está negociando acordo com o MPE e Ministério Público Federal (“MPF”), não havendo, neste momento, no âmbito cível, ação ajuizada a respeito do assunto. As negociações estão direcionadas à reparação *in natura* dos eventuais danos. Caso as negociações com o MPE e MPF sejam concluídas de maneira satisfatória para as partes envolvidas, os desembolsos correspondentes ao custo dos projetos poderão afetar as demonstrações financeiras da Sociedade futuramente. Adicionalmente, no âmbito criminal, o MPF ofereceu denúncia em face da controlada Tequimar, que aguarda citação da demanda para tomar todas as medidas cabíveis à sua defesa. Para maiores informações vide nota explicativa nº 33.

b.3) Passivos contingentes trabalhistas

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista no valor de R\$ 273.711 totalizando 1.899 processos em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 252.914 totalizando 1.484 processos em 31 de dezembro de 2016), dos quais destaca-se:

b.3.1) O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados de controladas situadas no Polo Petroquímico de Camaçari, Oxiteno Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento da ação coletiva de natureza declaratória pelo Sindicato Patronal (SINPEQ), contra o Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais, que já transitaram em julgado, foram julgadas de forma favorável às controladas Oxiteno Nordeste e EMCA e a ação coletiva permanece aguardando julgamento no STF. Em 2010, algumas empresas do Polo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e noticiaram o fato na ação coletiva em trâmite no STF. Em outubro de 2015, o Sindiquímica ajuizou ações de cumprimento em face de todas as empresas que não celebraram acordo, entre elas a Oxiteno Nordeste e a EMCA.

c. Operação de lubrificantes entre IPP e Chevron

No processo da associação da operação de lubrificantes no Brasil entre Chevron e a controlada IPP (vide nota explicativa nº 3.c), ficou acordado que cada acionista da associação constituída fica responsável por quaisquer demandas decorrentes de atos, fatos ou omissões antes da sua constituição. As provisões de responsabilidade do acionista Chevron no valor de R\$ 3.452 estão refletidas na consolidação dessas demonstrações financeiras, bem como os passivos contingentes identificados na data de aquisição, cuja provisão no montante de R\$ 198.900 foi reconhecida na combinação de negócio em 1 de dezembro de 2017. Os montantes de provisões e passivos contingentes reconhecidos na combinação de negócios e de responsabilidade da acionista Chevron serão ressarcidos à controlada CBLSA em caso de perdas, sendo constituído dessa forma um ativo de indenização no mesmo montante sem necessidade de constituir provisão para valores incobráveis.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

21 Receita diferida (Consolidado)

As controladas da Sociedade têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	2017	2016
Taxa inicial de franquia <i>am/pm</i> e <i>Jet Oil</i>	19.537	18.620
Programa de fidelidade Km de Vantagens	9.134	13.062
Programa de fidelidade Clube Extrafarma	2.638	3.128
	<hr/>	<hr/>
	31.309	34.810
	<hr/>	<hr/>
Circulante	18.413	22.300
Não circulante	12.896	12.510

Programas de fidelidade

A controlada IPP possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens (www.kmdevantagens.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga ou em seus parceiros. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pela Ipiranga e pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet (www.postoipiranganaweb.com.br) são descontados da receita de vendas.

A controlada Extrafarma possui um programa de fidelidade chamado Clube Extrafarma (www.clubeextrafarma.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos obtidos na compra de produtos em sua rede de drogarias. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de seis meses, por descontos em produtos na rede de drogarias, recarga de crédito em telefonia celular e prêmios oferecidos pelos parceiros Multiplus Fidelidade e Ipiranga, por meio do Km de Vantagens. Os pontos recebidos por clientes da Extrafarma são descontados da receita de vendas.

A receita diferida é estimada com base no valor justo dos pontos emitidos, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate dos pontos. A receita diferida é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado. A receita diferida de pontos não resgatados também é reconhecida no resultado quando os pontos expiram.

Taxa inicial de franquia

A *am/pm* é a rede de lojas de conveniências dos postos Ipiranga, que em 31 de dezembro de 2017 eram representadas por 2.414 lojas (2.165 lojas em 31 de dezembro de 2016). O *Jet Oil* é a rede especializada em troca de óleo e serviços automotivos dos postos Ipiranga, que em 31 de dezembro de 2017 eram representadas por 1.735 lojas (1.594 lojas em 31 de dezembro de 2016). A taxa inicial de franquia recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado linearmente ao longo do período dos contratos com os franqueados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

22 Bônus de subscrição – indenização

Em virtude da associação entre a Sociedade e a Extrafarma em 31 de janeiro de 2014, foram emitidos 7 bônus de subscrição – indenização, correspondentes a até 3.205.622 ações da Sociedade. Os bônus de subscrição - indenização poderão ser exercidos a partir de 2020 pelos ex-acionistas de Extrafarma e são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzidos pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. Em 31 de dezembro de 2017, os bônus de subscrição - indenização eram representados por 2.415.848 ações e totalizavam R\$ 171.459 (2.394.825 ações e totalizavam R\$ 153.429 em 31 de dezembro de 2016). Devido à decisão desfavorável definitiva de alguns desses processos, em 31 de dezembro de 2017 o número máximo de ações que poderão ser emitidas no futuro referentes aos bônus de subscrição - indenização é de até 3.035.499 (3.059.579 ações em 31 de dezembro de 2016). Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa nº 3.a. das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 17 de fevereiro de 2016.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

23 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Sociedade é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 sob o código UGPA3 e na Bolsa de Nova Iorque (NYSE) através de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III sob o código UGP. Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 556.405.096 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O preço das ações de emissão da Sociedade na B3 em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 75,00.

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de 800.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2017 estavam em circulação no exterior 28.935.260 ações ordinárias na forma de ADRs (28.944.097 ações em 31 de dezembro de 2016).

b. Instrumento patrimonial outorgado

Em 19 de abril de 2017 foi aprovado novo plano de incentivo baseado em ações, que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria (vide nota explicativa nº 8.c).

c. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997.

Em 31 de dezembro de 2017, 13.041.356 ações ordinárias (13.131.356 ações em 31 de dezembro de 2016) eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, adquiridas ao custo médio de R\$ 36,98 (R\$ 36,85 em 31 de dezembro de 2016).

d. Reserva de capital

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para concessão de usufruto a executivos das controladas da Sociedade, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c).

Por conta da associação com a Extrafarma ocorrida em 2014, houve um aumento da reserva de capital no montante de R\$ 498.812, devido à diferença do valor atribuído ao capital social e o valor de mercado da ação da Ultrapar na data da emissão, deduzido de R\$ 2.260 dos custos na emissão dessas ações.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

f. Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade apropria 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

Reserva de retenção de lucros

Constituída em exercícios anteriores e destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Conforme previsto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, a AGOE de 19 de abril de 2017 deliberou sobre o excedente da reserva de lucros em relação ao capital social, capitalizando o montante de R\$ 1.333.066 referente à reserva de retenção de lucros.

Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 45% do lucro líquido à reserva estatutária para investimentos, até o limite de 100% do capital social.

A reserva estatutária para investimentos é livre para distribuição aos acionistas e totalizava R\$ 3.130.935 em 31 de dezembro de 2017.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Ajustes de avaliação patrimonial e ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

Ajustes de avaliação patrimonial

Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de taxa de câmbio referentes a compromissos firmes e transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, são contabilizados no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro.

A Sociedade reconhece nesta rubrica o efeito das mudanças na participação de não controladores em controladas que não resultam na perda de controle. Esse valor correspondente a diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da contraprestação recebida ou paga e representa uma transação com acionistas.

Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com (i) moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade, (ii) administração própria e (iii) notas no mercado externo (vide nota explicativa nº 31 – *Hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior), é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial e ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	Ajustes de avaliação patrimonial				Total	Ajustes acumulados de conversão
	Valor justo dos instrumentos de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	Valor justo de aplicações financeiras disponíveis para venda	Ganhos/ (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego	Mudança de participação de não controladores		
Em 2015	6.261	1.523	11.169	-	18.953	66.925
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	-	-	-	-	-	(59.406)
Variação de valor justo	(46.470)	(1.523)	-	-	(47.993)	-
IRPJ e CSLL sobre valor justo	13.326	-	-	-	13.326	-
Perdas atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	(12.435)	-	(12.435)	-
IRPJ e CSLL sobre perdas atuariais	-	-	4.162	-	4.162	-
Em 2016	(26.883)	-	2.896	-	(23.987)	7.519
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	-	-	-	-	-	45.542
Variação de valor justo dos instrumentos de <i>hedge</i>	(2.550)	-	-	-	(2.550)	-
Diferença entre o valor justo da contraprestação recebida ou paga e a variação na participação dos não controladores	-	-	-	202.188	202.188	-
IRPJ e CSLL sobre valor justo	2.069	-	-	-	2.069	-
Perdas atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	(27.658)	-	(27.658)	-
IRPJ e CSLL sobre perdas atuariais	-	-	9.581	-	9.581	-
Em 2017	(27.364)	-	(15.181)	202.188	159.643	53.061

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Dividendos e destinação do resultado do exercício

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 472.650 (R\$ 0,87 – oitenta e sete centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2017, e pagos a partir de 10 de março de 2017, tendo sido ratificados em AGOE de 19 de abril de 2017. Em 9 de agosto de 2017, o Conselho de Administração deliberou antecipação dos dividendos de 2017, no montante de R\$ 461.868 (R\$ 0,85 – oitenta e cinco centavos de Real por ação), pagos a partir de 25 de agosto de 2017. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 489.027 (R\$ 0,90 – noventa centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2018, e serão pagos a partir de 12 de março de 2018.

A proposta de dividendos e de destinação do resultado do exercício reconhecida nas demonstrações financeiras da Sociedade, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, é assim demonstrada:

	2017
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Ultrapar	<u>1.574.306</u>
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	787.153
Dividendos intermediários pagos - R\$ 0,85 por ação	<u>(461.868)</u>
Dividendos mínimos a pagar – Passivo circulante	325.285
Dividendos propostos a pagar adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios – Patrimônio líquido	<u>163.742</u>
Dividendos propostos a pagar - R\$ 0,90 por ação	489.027
Reserva legal	78.716
Reserva estatutária para investimentos	544.695

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

24 Receita de vendas e de serviços prestados (Consolidado)

	2017	2016
Receita de vendas bruta	82.134.879	79.361.004
Receita de serviços prestados bruta	728.590	621.823
Impostos sobre vendas	(1.936.077)	(1.929.288)
Devoluções e abatimentos	(927.557)	(703.305)
Receita diferida (vide nota explicativa nº 21)	7.587	2.721
	<u>80.007.422</u>	<u>77.352.955</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u>80.007.422</u>	<u>77.352.955</u>

25 Despesas por natureza (Consolidado)

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	2017	2016
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	71.521.652	69.173.511
Gastos com pessoal	2.231.556	2.042.985
Frete e armazenagens	1.117.467	1.077.552
Depreciação e amortização	1.175.951	1.103.538
Propaganda e marketing	192.441	200.011
Serviços prestados por terceiros	351.227	318.746
Aluguel de imóveis e equipamentos	196.970	164.740
Outras despesas	410.356	359.000
Total	<u>77.197.620</u>	<u>74.440.083</u>
Classificado como:		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	72.735.781	70.342.723
Despesas com vendas e comerciais	2.885.311	2.651.501
Despesas gerais e administrativas	1.576.528	1.445.859
Total	<u>77.197.620</u>	<u>74.440.083</u>

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado e totalizaram R\$ 55.836 em 2017 (R\$ 50.129 em 2016).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

26 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. O resultado foi uma perda de R\$ 2.242 em 2017 (perda de R\$ 6.134 em 2016) representado principalmente pelo resultado da venda de ativo imobilizado.

27 Outros resultados operacionais, líquidos (Consolidado)

	2017	2016
Parceria comercial ⁽¹⁾	52.731	59.761
Merchandising ⁽²⁾	53.870	38.851
Programa de fidelidade ⁽³⁾	26.419	19.411
Sinistro Ultracargo – incêndio em Santos ⁽⁴⁾	(39.080)	76.443
Reversão de provisão – ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (vide nota explicativa nº 20.a.1.2)	49.152	-
TCC – Cia. Ultragaz e Bahiana ⁽⁵⁾	(85.819)	-
Outros	<u>2.087</u>	<u>4.506</u>
Outros resultados operacionais, líquidos	<u>59.360</u>	<u>198.972</u>

⁽¹⁾ Refere-se a contratos com prestadores de serviços e fornecedores que estabelecem acordos comerciais para as lojas de conveniência e postos de combustíveis.

⁽²⁾ Refere-se a contratos com fornecedores de produtos das lojas de conveniência, onde são estabelecidos, dentre outros acordos, campanhas promocionais.

⁽³⁾ Refere-se a venda de km de vantagens para parceiros do programa de fidelidade, sendo a receita reconhecida no momento em que os parceiros concedem os pontos aos seus clientes.

⁽⁴⁾ Para maiores informações sobre o sinistro da Ultracargo vide nota explicativa nº 33.

⁽⁵⁾ Para maiores informações sobre o Termo de Compromisso de Cessação das controladas Cia. Ultragaz e Bahiana vide notas explicativas nº 20.b.2.2 e 28.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	95.218	140.895	475.460	404.080
Juros de clientes	-	-	105.773	103.976
Outras receitas	-	-	3.868	5.187
	<u>95.218</u>	<u>140.895</u>	<u>585.101</u>	<u>513.243</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	-	-	(672.102)	(777.424)
Juros sobre debêntures	(85.309)	(118.421)	(385.009)	(374.125)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	-	-	(4.991)	(7.839)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(2.620)	(6.094)	(91.614)	(74.761)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	-	-	72.869	(69.854)
Reversão de provisão – ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (vide nota explicativa nº 20.a.1.2)	-	-	43.411	-
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 22)	(20.360)	(42.615)	(20.360)	(42.615)
Atualização TCC – Bahiana (vide notas explicativas nº 20.b.2.2 e 27)	-	-	(13.509)	-
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	<u>588</u>	<u>(22)</u>	<u>11.908</u>	<u>(9.201)</u>
	<u>(107.701)</u>	<u>(167.152)</u>	<u>(1.059.397)</u>	<u>(1.355.819)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(12.483)</u>	<u>(26.257)</u>	<u>(474.296)</u>	<u>(842.576)</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

29 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui plano de remuneração em ações e bônus de subscrição, conforme mencionados nas notas explicativas nº 8.c e 22, respectivamente.

Lucro básico por ação	2017	2016
Lucro líquido da Sociedade	1.574.306	1.561.585
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	541.813	541.391
Lucro básico por ação - R\$	2,9056	2,8844
 Lucro diluído por ação	 2017	 2016
Lucro líquido da Sociedade	1.574.306	1.561.585
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo usufruto de ações	545.740	545.509
Lucro diluído por ação - R\$	2,8847	2,8626
 Média ponderada das ações (em milhares)	 2017	 2016
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação	541.813	541.391
Efeito da diluição		
Bônus de subscrição	2.395	2.267
Usufruto de ações	1.532	1.851
	<hr/>	<hr/>
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação	545.740	545.509

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

30 Informações por segmento

A Sociedade possui cinco segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico, armazenagem e drogarias. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus principais derivados e álcoois graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para grãos líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. O segmento de drogarias (Extrafarma) comercializa medicamentos e produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos, no varejo e no atacado, principalmente por meio de rede própria de drogarias estabelecidas nos Estados do Amapá, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, São Paulo, Sergipe e Tocantins. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

	2017	2016
Receita líquida de vendas e serviços:		
Ultragaz	6.069.340	5.365.524
Ipiranga	67.730.856	66.407.305
Oxiten	3.957.584	3.700.703
Ultracargo	438.360	355.412
Extrafarma	1.869.466	1.578.210
Outros ⁽¹⁾	50.752	45.504
Vendas entre segmentos	(108.936)	(99.703)
Total	<u>80.007.422</u>	<u>77.352.955</u>
Vendas entre segmentos:		
Ultragaz	2.217	2.942
Ipiranga	964	-
Oxiten	919	2.519
Ultracargo	54.174	48.941
Extrafarma	-	-
Outros ⁽¹⁾	50.662	45.301
Total	<u>108.936</u>	<u>99.703</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	2017	2016
Receita líquida de vendas e serviços, excluindo vendas entre segmentos:		
Ultragaz	6.067.123	5.362.582
Ipiranga	67.729.892	66.407.305
Oxiten	3.956.665	3.698.184
Ultracargo	384.186	306.471
Extrafarma	1.869.466	1.578.210
Outros ⁽¹⁾	90	203
Total	<u>80.007.422</u>	<u>77.352.955</u>
Lucro (prejuízo) operacional:		
Ultragaz	269.125	288.449
Ipiranga	2.415.534	2.383.585
Oxiten	140.262	308.177
Ultracargo	74.880	127.904
Extrafarma	(36.854)	(5.577)
Outros ⁽¹⁾	3.973	3.172
Total	<u>2.866.920</u>	<u>3.105.710</u>
Equivalência patrimonial:		
Ultragaz	1.245	(39)
Ipiranga	(19.777)	(23.178)
Oxiten	1.417	975
Ultracargo	1.578	(27)
Outros ⁽¹⁾	36.210	29.745
Total	<u>20.673</u>	<u>7.476</u>
Resultado financeiro	<u>(474.296)</u>	<u>(842.576)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>2.413.297</u>	<u>2.270.610</u>
Adições ao imobilizado e intangível (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	244.187	248.627
Ipiranga	1.077.318	911.927
Oxiten	466.967	291.294
Ultracargo	105.028	81.166
Extrafarma	171.183	140.454
Outros ⁽¹⁾	22.626	17.365
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 12 e 13)	<u>2.087.309</u>	<u>1.690.833</u>
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 19)	(537)	(483)
Juros capitalizados	<u>(22.243)</u>	<u>(23.980)</u>
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	<u>2.064.529</u>	<u>1.666.370</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	2017	2016
Depreciação e amortização no resultado:		
Ultragaz	182.833	158.193
Ipiranga	716.831	695.664
Oxiten	153.110	149.716
Ultracargo	47.669	43.356
Extrafarma	60.856	42.666
Outros ⁽¹⁾	14.652	13.943
Total	<u>1.175.951</u>	<u>1.103.538</u>
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	2.438.113	2.308.686
Ipiranga	15.410.667	11.663.289
Oxiten	6.562.360	6.354.788
Ultracargo	1.394.087	1.535.815
Extrafarma	1.950.000	1.719.524
Outros ⁽¹⁾	585.095	577.568
Total	<u>28.340.322</u>	<u>24.159.670</u>

⁽¹⁾ A linha “Outros” é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Serma - Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos (“Serma”) e Imaven Imóveis Ltda.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Informações relativas à área geográfica

Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxiteno no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Estados Unidos (*)	511.912	264.478
México	109.034	103.051
Uruguai	65.876	67.251
Venezuela	22.480	5.989
	<u>709.302</u>	<u>440.769</u>

(*) O aumento refere-se à construção da nova planta em Pasadena, Texas.

As controladas geram receitas em suas operações no Brasil, nos Estados Unidos, no México, no Uruguai e na Venezuela, bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Receita líquida das vendas:		
Brasil	78.763.771	76.283.061
México	190.205	183.124
Uruguai	33.873	33.782
Venezuela	54.788	25.393
Outros países da América Latina	427.875	448.814
Estados Unidos e Canadá	292.709	158.280
Extremo Oriente	72.469	57.662
Europa	119.097	97.261
Outros	52.635	65.578
Total	<u>80.007.422</u>	<u>77.352.955</u>

As vendas para o mercado externo são realizadas substancialmente pelo segmento Oxiteno.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

31 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela diretoria financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.
- A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras, composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade (“Comitê”). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.
- As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade.
- O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da diretoria financeira.
- A auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade, através das suas controladas, se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxiten.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais:

Ativos e passivos em moeda estrangeira

em milhões de Reais	2017	2016
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	236,4	423,9
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda e de adiantamentos de clientes no exterior	214,9	323,4
Investimentos líquidos em controladas no exterior (exceto caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, financiamentos e contas a pagar)	930,0	600,9
	<u>1.381,3</u>	<u>1.348,2</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira bruto de custo de transação e deságio	(4.416,2)	(4.736,3)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	<u>(173,1)</u>	<u>(57,1)</u>
	<u>(4.589,3)</u>	<u>(4.793,4)</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	<u>1.777,6</u>	<u>2.206,4</u>
Posição líquida ativa (passiva) – total	<u>(1.430,4)</u>	<u>(1.238,8)</u>
Posição líquida ativa (passiva) – efeito no resultado	(26,1)	24,8
Posição líquida ativa (passiva) – efeito no patrimônio líquido	(1.404,3)	(1.263,6)

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A tabela abaixo demonstra o efeito da variação cambial nos diferentes cenários, com base na posição líquida passiva de R\$ 1.430,4 milhões em moeda estrangeira:

em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> 10%	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação do Real	(2,6)	(6,5)	(13,0)
(2) Efeito no patrimônio líquido		(140,4)	(351,1)	(702,2)
(1) + (2)	Efeito	<u>(143,0)</u>	<u>(357,6)</u>	<u>(715,2)</u>
(3) Efeito no resultado	Apreciação do Real	2,6	6,5	13,0
(4) Efeito no patrimônio líquido		140,4	351,1	702,2
(3) + (4)	Efeito	<u>143,0</u>	<u>357,6</u>	<u>715,2</u>

O efeito no patrimônio líquido refere-se aos ajustes acumulados de conversão das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior (vide notas explicativas nº 2.r e 23.g – ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira), *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, *hedge* de fluxo de caixa de compromissos firmes e *hedge* de transações altamente prováveis (vide nota explicativa nº 2.c e “Contabilidade de *hedge*” abaixo).

Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, BNDES e outros órgãos de fomento, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 14.

A Sociedade procura manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos financeiros, expostos a taxas de juros pós-fixadas:

em milhões de Reais	Nota explicativa	2017	2016
CDI			
Equivalentes de caixa	4	4.821,6	3.837,8
Aplicações financeiras	4	1.153,0	1.174,5
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - CDI	31	29,9	28,3
Financiamentos e debêntures	14	(7.987,3)	(5.862,3)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - CDI	31	(1.877,4)	(2.181,6)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxa de juros pré-fixada - CDI	31	(586,6)	-
Posição líquida passiva em CDI		<u>(4.446,8)</u>	<u>(3.003,3)</u>
TJLP			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	14	<u>(301,9)</u>	<u>(404,4)</u>
Posição líquida passiva em TJLP		<u>(301,9)</u>	<u>(404,4)</u>
LIBOR			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	31	984,3	1.149,7
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	14	<u>(1.418,5)</u>	<u>(1.470,1)</u>
Posição líquida passiva em LIBOR		<u>(434,2)</u>	<u>(320,4)</u>
TIIE			
Empréstimos e financiamentos – TIIE	14	<u>(3,4)</u>	<u>(9,6)</u>
Posição líquida passiva em TIIE		<u>(3,4)</u>	<u>(9,6)</u>
SELIC			
Empréstimos e financiamentos – SELIC	14	<u>(100,3)</u>	<u>(99,5)</u>
Posição líquida passiva em SELIC		<u>(100,3)</u>	<u>(99,5)</u>
Posição líquida passiva total exposta a juros pós-fixados		<u>(5.286,6)</u>	<u>(3.837,2)</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

A tabela abaixo demonstra a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro em 2017, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários.

Para análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes a Sociedade utilizou como cenário base o valor acumulado dos índices de referência (CDI, TJLP, LIBOR, TIE e SELIC) até 31 de dezembro de 2017. Os cenários I, II e III foram estimados com uma variação de 10%, 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de juros flutuantes do cenário base:

Em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> 10%	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação CDI	47,3	118,1	236,3
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	0,2	0,5	1,0
Efeito nos juros da dívida em CDI	Elevação CDI	(67,2)	(168,0)	(336,0)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(38,6)	(94,2)	(186,7)
Despesa incremental		<u>(58,3)</u>	<u>(143,6)</u>	<u>(285,4)</u>
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(2,3)	(5,6)	(11,3)
Despesa incremental		<u>(2,3)</u>	<u>(5,6)</u>	<u>(11,3)</u>
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	1,4	3,4	6,8
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(1,7)	(4,4)	(8,7)
Despesa incremental		<u>(0,3)</u>	<u>(1,0)</u>	<u>(1,9)</u>
Efeito nos juros da dívida em TIE	Elevação TIE	(0,0)	(0,1)	(0,2)
Despesa incremental		<u>(0,0)</u>	<u>(0,1)</u>	<u>(0,2)</u>
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(1,0)	(2,5)	(4,9)
Despesa incremental		<u>(1,0)</u>	<u>(2,5)</u>	<u>(4,9)</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção (vide nota explicativa nº 4) e contas a receber (vide nota explicativa nº 5).

Risco de crédito de instituições financeiras - Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de governos - A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou Aaa por agências de risco especializadas e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

Risco de crédito de clientes - Tais riscos são administrados por cada unidade de negócio através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

A Sociedade manteve as seguintes provisões para perdas nas contas a receber:

	2017	2016
Ipiranga	238.697	182.252
Ultragaz	39.034	33.804
Oxiten	10.755	10.856
Extrafarma	4.922	3.449
Ultracargo	2.172	2.971
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>295.580</u>	<u>233.332</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “*joint ventures*”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 3.809,9 milhões (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 14). Adicionalmente, o plano de investimentos para 2018 totaliza R\$ 2.676 milhões. Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 6.285,5 milhões em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 4).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 2017 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos em 2017 no balanço patrimonial.

Passivos financeiros	em milhões de Reais				
	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos ^{(1) (2)}	16.571,3	3.809,9	3.514,4	4.968,0	4.279,0
Instrumentos de proteção ⁽³⁾	422,2	145,2	136,6	113,4	27,0
Fornecedores	2.155,5	2.155,5	-	-	-

⁽¹⁾ Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utiliza-se algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) CDI de 6,76% em 2018, 8,08% de 2019 a 2020, 9,63% de 2021 a 2022, 10,70% de 2023 a 2033 (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 3,37 em 2018, R\$ 3,53 em 2019, R\$ 3,77 em 2020, R\$ 4,05 em 2021, R\$ 4,35 em 2022, R\$ 4,66 em 2023, R\$ 4,99 em 2024, R\$ 5,35 em 2025, R\$ 5,73 em 2026 e R\$ 6,13 em 2027 (iii) TJLP de 6,75% e (iv) IGP-M de 4,38% em 2018, 4,13% em 2019 e 4,0% de 2020 a 2033 (v) IPCA de 3,9% (fonte: B3, Boletim Focus e instituições financeiras).

⁽²⁾ Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

⁽³⁾ Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e Pré x IPCA, cotados na B3 em 28 de dezembro de 2017, e na curva futura de LIBOR (ICE – *IntercontinentalExchange*) em 29 de dezembro de 2017. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 14). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Conforme mencionado na seção “Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança” desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Em adição, a auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

	<u>Vencimento</u>	<u>Valor de referência (nacional)¹</u>		<u>Valor justo</u>		<u>Valor a receber</u>	<u>Valor a pagar</u>
		<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	
				R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
<u>Instrumentos de proteção</u>							
a – Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos							
Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR)	jan/2018 a out/2026	US\$ 300,0	US\$ 350,0	984,3	1.149,7	984,3	-
Ativos em dólares norte-americanos (Pré)		US\$ 956,6	US\$ 1.062,4	823,1	1.084,6	823,1	-
Passivo em taxa de juros CDI		<u>US\$ (1.256,6)</u>	<u>US\$ (1.412,4)</u>	<u>(1.877,4)</u>	<u>(2.181,6)</u>	<u>-</u>	<u>1.877,4</u>
Resultado acumulado		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(70,0)</u>	<u>52,7</u>	<u>1.807,4</u>	<u>1.877,4</u>
b – Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos + CUPOM							
Ativo em taxa de juros CDI	jan/2018 a abr/2018	US\$ 9,1	US\$ 8,5	29,9	28,3	29,9	-
Passivo em dólares norte-americanos (Pré)		<u>US\$ (9,1)</u>	<u>US\$ (8,5)</u>	<u>(29,8)</u>	<u>(27,9)</u>	<u>-</u>	<u>29,8</u>
Resultado acumulado		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>0,1</u>	<u>0,4</u>	<u>29,9</u>	<u>29,8</u>
c – Swaps de juros em Reais							
Ativo em taxa de juros pré-fixada + IPCA	out/2024	R\$ 566,1	-	583,3	-	583,3	-
Passivo em taxa de juros CDI		<u>R\$ (566,1)</u>	<u>-</u>	<u>(586,6)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>586,6</u>
Resultado acumulado		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3,3)</u>	<u>-</u>	<u>583,3</u>	<u>586,6</u>
Resultado acumulado total bruto				(73,2)	53,1	2.420,6	2.493,8
Imposto de renda				<u>(4,7)</u>	<u>(36,9)</u>	<u>(4,7)</u>	<u>-</u>
Resultado acumulado total líquido				<u>(77,9)</u>	<u>16,2</u>	<u>2.415,9</u>	<u>2.493,8</u>
Resultado acumulado positivo (vide nota explicativa nº 4)				85,8	218,5		
Resultado acumulado negativo (vide nota explicativa nº 14)				(163,7)	(202,3)		

¹ Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão descritos abaixo os instrumentos de proteção existentes em 2017, de acordo com sua categoria, risco e estratégia de atuação:

a - Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira - O objetivo destes contratos é (i) compensar o efeito da variação cambial de dívidas (ii) compromissos firmes em dólares norte-americanos, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI (iii) transformar uma aplicação financeira indexada ao CDI dada em garantia de empréstimo em dólar, em aplicação financeira indexada ao dólar. Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de *swap* em aberto que totalizavam US\$ 1.256,6 milhões de principal com posição passiva, na média a 81,5% do CDI, sendo US\$ 223,6 milhões, com posição ativa a US\$ + 1,17% a.a., US\$ 300,0 milhões com posição ativa a US\$ + LIBOR + 1,29% a.a. e US\$ 733,0 milhões em *swap* de juros com posição ativa a US\$ + 5,65% a.a. Deste total, US\$ 320,0 milhões referem-se aos instrumentos de *hedge* de valor justo de dívida da Ipiranga (vide notas explicativas nº 14.c e “Contabilidade de *hedge*” abaixo) e US\$ 115,0 milhões referem-se aos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa de compromissos firmes (vide “Contabilidade de *hedge*” abaixo).

b - Proteção à exposição cambial operacional - O objetivo destes contratos é igualar, no prazo do ciclo operacional, a taxa de câmbio do faturamento das controladas Oleoquímica, Oxiteno S.A. e Oxiteno Nordeste à taxa de câmbio do custo de suas principais matérias-primas. Em 31 de dezembro de 2017, estes contratos de *swap* totalizavam US\$ 9,1 milhões e tinham na média uma posição ativa a 57,4% do CDI e passiva a US\$ + 0,0% a.a.

c - Proteção à taxa de juros fixa + IPCA em empréstimo nacional – O objetivo deste contrato é transformar a taxa de juros de debênture emitida em Reais de fixa + IPCA para flutuante. Em 31 de dezembro de 2017 este contrato de *swap* totalizava R\$ 566,1 milhões de valor *nominal*, correspondente ao valor de principal da dívida objeto e tinha uma posição ativa em 4,55% a.a. + IPCA e passiva a 95,2% do CDI.

Contabilidade de proteção (*hedge accounting*)

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos e não derivativos como parte de sua estratégia de contabilidade de proteção e verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a sua eficácia, bem como suas alterações de valor justo.

Hedge de valor justo

A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2017, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo totalizavam US\$ 320,0 milhões de valor *nominal*, sendo reconhecida no resultado em 2017, uma despesa de R\$ 143,4 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma receita de R\$ 16,5 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 4,1 milhões referente a resultado financeiro da dívida, transformando o custo médio efetivo da operação em 102,7% do CDI (vide nota explicativa nº 14.c.1).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 31 de dezembro de 2017, os instrumentos de proteção de taxa de juros designados como *hedge* de valor justo totalizavam R\$ 566,1 milhões de valor *nocional*, sendo reconhecida no resultado em 2017 uma despesa de R\$ 3,3 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma receita de R\$ 19,1 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 18,5 milhões referente ao resultado financeiro da dívida, transformando o custo médio efetivo da operação em 95,2% do CDI.

Hedge de fluxo de caixa

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de fluxo de caixa de compromisso firme e transações altamente prováveis, instrumentos financeiros derivativos para proteção dos “compromissos firmes” e instrumentos financeiros não derivativos para proteção das “transações futuras altamente prováveis”, para proteção contra variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2017, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de compromissos firmes designados como *hedge* de fluxo de caixa totalizavam US\$ 115,0 milhões, sendo reconhecida no resultado em 2017 uma despesa de R\$ 45,4 milhões, restando um ganho não realizado em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 5,3 milhões em 2017 (perda de R\$ 13,8 milhões em 2016), líquida de IRPJ e CSLL diferidos.

Em 31 de dezembro de 2017, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às notas no mercado externo, totalizavam US\$ 570,0 milhões, sendo reconhecido uma perda não realizada em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 30,5 milhões em 2017 (perda de R\$ 12,1 milhões em 2016), líquida de IRPJ e CSLL diferidos.

Hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, as notas no mercado externo, utilizados para proteção dos investimentos realizados nas entidades no exterior, para compensar variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo das notas no mercado externo designadas como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, referentes a parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real, totalizavam US\$ 113,0 milhões, sendo reconhecido uma perda em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 6,2 milhões em 2017 (perda de R\$ 2,8 milhões em 2016), líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Os efeitos da variação cambial dos investimentos e das notas no mercado externo se compensaram no patrimônio líquido.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo resumizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram o patrimônio líquido e a demonstração de resultado da Sociedade e suas controladas:

	R\$ milhões	
	2017	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(72,1)	5,3
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	3,2	-
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	15,9	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(104,2)	(36,7)
Total	(157,2)	(31,4)

	R\$ milhões	
	2016	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(177,0)	(13,8)
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	9,2	-
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	(0,5)	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(28,5)	(14,9)
Total	(196,8)	(28,7)

(i) não considera o efeito da variação cambial nos *swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida/compromissos firmes);

(ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais;

(iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais; e

(iv) considera o resultado das notas no mercado externo.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, estão demonstrados a seguir:

			2017		2016		
			Nota explicativa	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Categoria							
Ativos financeiros:							
Caixa e equivalentes de caixa							
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	147.926	147.926	113.318	113.318	
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	4.821.605	4.821.605	3.837.807	3.837.807	
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	32.473	32.473	323.033	323.033	
Aplicações financeiras							
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	68.742	68.742	113.640	113.640	
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	1.076.849	1.076.849	1.053.369	1.053.369	
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	7.449	7.449	7.449	7.449	
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	129.131	129.131	34.775	34.775	
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	85.753	85.753	218.458	218.458	
Total			6.369.928	6.369.928	5.701.849	5.701.849	
Passivos financeiros:							
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.047.809	1.047.809	1.428.907	1.428.907	
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	6.740.872	6.761.907	6.990.269	6.881.085	
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	5.035.247	5.037.072	2.746.881	2.746.915	
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	554.402	554.402	-	-	
Arrendamento mercantil financeiro	Mens. pelo custo amortizado	14	48.515	48.515	48.716	48.716	
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	163.749	163.749	202.357	202.357	
Bônus de subscrição - indenização	Mens. ao valor justo por meio do resultado	22	171.459	171.459	153.429	153.429	
Total			13.762.053	13.784.913	11.570.559	11.461.409	

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Sociedade entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das demonstrações financeiras, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu período é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014 (vide nota explicativa nº 22).
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da Ultrapar International foi utilizado o preço observado desses títulos em mercado ativo (vide nota explicativa nº 14.b).

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado, (iii) aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda, que são mensuradas ao valor justo através de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4), (iv) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 14); (v) garantias de clientes que possuem *vendor* (vide nota explicativa nº 14.k), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (vi) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 22). As aplicações financeiras classificadas como mantidas até o vencimento estão mensuradas pelo custo amortizado. Caixa, bancos e contas a receber de clientes estão classificados como empréstimos e recebíveis. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- (c) Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados a valor justo da Sociedade e de suas controladas:

	Categoria	Nota explicativa	2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	147.926	147.926	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	4.821.605	4.821.605	-	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	32.473	32.473	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	68.742	68.742	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	1.076.849	1.076.849	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	7.449	7.449	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	129.131	40.556	88.575	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	85.753	-	85.753	-
Total			6.369.928	6.195.600	174.328	-
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.047.809	-	1.047.809	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	6.761.907	2.523.643	4.238.264	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	5.037.072	-	5.037.072	-
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	554.402	-	554.402	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	14	48.515	-	48.515	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	163.749	-	163.749	-
Bônus de subscrição – indenização ⁽¹⁾	Mens. ao valor justo por meio do resultado	22	171.459	-	171.459	-
Total			13.784.913	2.523.643	11.261.270	-

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Categoria	Nota explicativa	2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	113.318	113.318	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	3.837.807	3.837.807	-	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	323.033	323.033	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	113.640	113.640	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	1.053.369	1.053.369	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	7.449	7.449	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	34.775	32.167	2.608	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	<u>218.458</u>	<u>-</u>	<u>218.458</u>	<u>-</u>
Total			<u><u>5.701.849</u></u>	<u><u>5.480.783</u></u>	<u><u>221.066</u></u>	<u><u>-</u></u>
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.428.907	-	1.428.907	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	6.881.085	2.338.920	4.542.165	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	2.746.915	-	2.746.915	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	14	48.716	-	48.716	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	202.357	-	202.357	-
Bônus de subscrição – indenização ⁽¹⁾	Mens. ao valor justo por meio do resultado	22	<u>153.429</u>	<u>-</u>	<u>153.429</u>	<u>-</u>
Total			<u><u>11.461.409</u></u>	<u><u>2.338.920</u></u>	<u><u>9.122.489</u></u>	<u><u>-</u></u>

⁽¹⁾ Refere-se aos bônus de subscrição emitidos na aquisição da Extrafarma.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Análise de sensibilidade

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, conforme exigida pela Instrução CVM nº 475/08, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na B3 em 28 de dezembro de 2017. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 5,83 no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 29 de dezembro de 2017, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 29 de dezembro de 2017 em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos				
	Apreciação			
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	do dólar	198.138	690.432	1.182.726
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano		(198.130)	(690.415)	(1.182.700)
(1)+(2)	Efeito líquido	<u>8</u>	<u>17</u>	<u>26</u>
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos				
	Depreciação			
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	do dólar	(97)	7.486	15.069
(4) Margem bruta da Oxitenio		97	(7.486)	(15.069)
(3)+(4)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da B3 em 28 de dezembro de 2017 para os vencimentos de cada swap e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> <u>(Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures - CRA				
(1) Swap taxa fixa - CDI	Redução da	13.691	95.292	192.204
(2) Dívida a taxa fixa	taxa pré-fixada	(13.691)	(95.292)	(192.204)
(1) + (2)	Efeito líquido	-	-	-

32 Compromissos (Consolidado)

a. Contratos

A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima em toneladas por ano	Vencimento
Aratu	397.000	2031
Aratu	900.000	2022
Suape	250.000	2027
Suape	400.000	2029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de dezembro de 2017, essas tarifas eram de R\$ 6,99 e R\$ 2,90 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

A controlada Oxitenno Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece consumo anual mínimo de eteno e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. A cláusula de compromisso mínimo de compra prevê em 2017 um consumo anual mínimo de 205 mil toneladas. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A controlada Oxiten S.A. possui contrato de fornecimento de eteno com a Braskem S.A., com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiten tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 22.050 toneladas de eteno semestrais. Em caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

b. Cobertura de seguros em controladas

A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo lucros cessantes, perdas e danos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de todas as controladas. Os valores máximos indenizáveis, com base na análise de risco da perda máxima possível de determinados locais, são assim demonstrados:

	Valor máximo indenizável (*)
Oxiten	US\$ 1.142
Ipiranga	R\$ 924
Ultracargo	R\$ 740
Ultragaz	R\$ 150
Extrafarma	R\$ 160

(*) em milhões. Conforme condições das apólices.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões, cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O) para indenizar os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores executivos da Ultrapar e de suas controladas (“Segurados”) no valor total de US\$ 80 milhões, que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Contratos de arrendamento mercantil operacional

As controladas Cia. Ultragaz, Bahiana, Tequimar, Serma e Oxiteno S.A. mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados ao uso de equipamentos de informática. Esses contratos têm prazos de 36 a 48 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. As controladas Cia. Ultragaz e Bahiana possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos veículos utilizados nas suas frotas. Esses contratos têm prazos de 24 a 60 meses e não existe a opção de compra desses veículos. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
2017	38.321	62.832	-	101.153

As controladas IPP, Extrafarma e Cia. Ultragaz mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos imóveis dos postos de serviços, farmácias e pontos de venda, respectivamente. Os desembolsos e recebimentos futuros (contraprestações), decorrentes desses contratos, totalizam aproximadamente:

		até 1 ano	de 1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
2017	a pagar	167.733	530.744	444.582	1.143.059
	a receber	(60.705)	(178.696)	(128.307)	(367.708)

O total de arrendamento mercantil operacional, reconhecido como despesa (líquido da receita) em 2017, foi R\$ 160.465 (R\$ 101.330 em 2016).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

33 Ultracargo - incêndio em Santos

Em abril de 2015 ocorreu um incêndio nas instalações operadas pela Ultracargo em Santos, que atingiu seis tanques, representativos de 4% da capacidade total da controlada em 31 de dezembro de 2014. O acidente e seus impactos foram investigados pelas Polícias Civil e Federal, que concluíram não ser possível determinar a causa origem do acidente e tão pouco individualizar conduta ativa ou passiva relacionada à causa, não havendo imputação penal de qualquer indivíduo ou da controlada, por ambas as autoridades. Não obstante, o Ministério Público Federal ofereceu denúncia em face da controlada Tequimar, que aguarda citação da demanda para tomar todas as medidas cabíveis à sua defesa.

A etapa de descomissionamento da área afetada foi finalizada e dos 150 mil m³ que estavam paralisados, foram obtidas, em junho de 2017, as licenças necessárias para a volta da operação equivalente a 67,5 mil m³. A tancagem remanescente permanece paralisada e em processo de recuperação para posterior licenciamento e início da operação.

Em 31 de dezembro de 2016 foram reconhecidos em seguros a receber o montante de R\$ 366.678 e reconhecidas indenizações a cliente e terceiros no montante de R\$ 99.863. No primeiro trimestre de 2017, a Ultracargo recebeu integralmente das seguradoras o valor das indenizações. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo remanescente de indenizações a clientes e terceiros é de R\$ 72.216. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017 existem passivos contingentes não reconhecidos referentes a ações judiciais e pleitos extrajudiciais no montante de R\$ 88.075 e R\$ 25.852 (R\$ 96.408 e R\$ 16.637 em 31 de dezembro de 2016), respectivamente.

34 Eventos subsequentes

Aquisição sob aprovação

Em 30 de janeiro de 2018, a Sociedade por meio da controlada Tequimar, assinou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças para a aquisição da totalidade das quotas do TEAS Terminal Exportador de Alcool de Santos Ltda. ("TEAS"), de propriedade da Raízen Energia S.A. e Raízen Araraquara Açúcar e Alcool Ltda., que já vem sendo operado pela controlada Tequimar no Porto de Santos. A consumação da operação está sujeita a determinadas condições suspensivas usuais em negócios dessa natureza, principalmente a aprovação do CADE. Em 14 de fevereiro de 2018, esta transação foi aprovada sem restrições por meio de parecer emitido pela SG do CADE. As partes devem aguardar um prazo de 15 dias para que a aprovação seja formalmente validada.

Emissão de debentures

Em fevereiro de 2018, foi aprovada a sexta emissão de debêntures da Ultrapar em série única de 1.725.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, prazo de 5 anos (pagamento do valor nominal em parcela única no vencimento final) e remuneração de 105,25% do CDI.